

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARIA LUIZA SOUSA CARDOSO

JUVENTUDE EM TEMPOS DE TRANSFORMAÇÃO: os impactos do avanço
do conservadorismo e do neoliberalismo na formação de valores da Geração Z
no Brasil

TERESINA – PI

2025

MARIA LUIZA SOUSA CARDOSO

JUVENTUDE EM TEMPOS DE TRANSFORMAÇÃO: os impactos do avanço
do conservadorismo e do neoliberalismo na formação de valores da Geração Z
no Brasil

Monografia, apresentada ao Curso de
Ciências Sociais da Universidade Estadual
do Piauí como requisito para obtenção do
título de licenciatura em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Mello Souza

TERESINA – PI

2025

MARIA LUIZA SOUSA CARDOSO

JUVENTUDE EM TEMPOS DE TRANSFORMAÇÃO: um estudo sobre os impactos do avanço do conservadorismo e do neoliberalismo na formação de valores da Geração Z no Brasil

Monografia, apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí como requisito para obtenção do título de licenciatura em Ciências Sociais.

Local, _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bruno Mello Souza
Orientador – UESPI

Prof. Dr. Luciano de Melo Sousa
Examinador – UESPI

Prof. Me. Roberto Alvares Rocha
Examinador – UESPI

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, aos professores que marcaram profundamente minha trajetória acadêmica e pessoal. Ao professor Roberto Rocha, cuja paciência e gentileza se tornaram um respiro em meio ao ritmo acelerado e, muitas vezes, exaustivo da vida acadêmica. Sua postura humana e acolhedora revelou que o ensino e a pesquisa podem existir para além da rigidez acadêmica, como espaços de diálogo, escuta e respeito. Ao professor Luciano Mello, por, ainda nos primeiros períodos, ter contribuído para o amadurecimento do meu olhar crítico. Suas leituras atentas e comentários precisos me ajudaram a construir uma forma mais clara, exigente e consciente de argumentar, algo que levarei para além deste trabalho. E, com especial gratidão, ao meu orientador Bruno Mello, pela paciência, pela escuta e pela confiança ao longo de todo o processo deste TCC. Sua orientação foi essencial para que este trabalho ganhasse forma, coerência e, principalmente, sentido. A cada um deles, deixo meu reconhecimento sincero. Este trabalho é também fruto do que aprendi com suas palavras, exemplos e silêncios.

Aos amigos, dentro e fora da sala de aula, que tornaram esses anos mais leves. Foram companhia nos dias difíceis, incentivo nas horas de dúvida e motivo de riso quando o cansaço parecia maior que a vontade de continuar. Por fim, aos meus pais, que foram minha base em todos os momentos. Foram eles que investiram, acreditaram e me apoiaram para que eu pudesse chegar até aqui. Este trabalho também é fruto do esforço, do amor e da fé que depositaram em mim.

*“Penso que não cegámos, penso que
estamos cegos. Cegos que veêm,
cegos que, vendo, não veêm.”*

— José Saramago

RESUMO

Esta monografia investiga os processos de formação de valores políticos da Geração Z brasileira em um contexto marcado pela ascensão simultânea do neoliberalismo e do conservadorismo. O estudo tem como objetivo analisar a juventude e seu processo de socialização política, como as transformações econômicas, sociais e culturais das últimas décadas reconfiguram os mecanismos de socialização política juvenil, criando condições favoráveis à adesão a valores antidemocráticos. A fundamentação teórica estrutura-se no estudo da cultura e socialização política da juventude, do neoliberalismo como racionalidade política produtora de subjetividades, do conservadorismo como estilo de pensamento adaptável às condições contemporâneas, do autoritarismo enquanto tradição política estruturante da sociedade brasileira e, por fim, das redes sociais com ponto de encontro da juventude e extrema direita. Metodologicamente, a pesquisa adota caráter quantitativo mediante análise de dados do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro) de 2018 e 2022. Os resultados demonstram não apenas uma significativa erosão da confiança nas instituições democráticas representativas, mas também uma substantiva abertura a alternativas autoritárias de governo. Conclui-se que a formação de uma juventude reacionária não constitui um fenômeno espontâneo ou meramente geracional, mas resulta de processos estruturais de transformação social articulados com estratégias políticas deliberadas de captura do descontentamento juvenil.

Palavras-chave: Juventude reacionária. Extrema-direita. Neoliberalismo

ABSTRACT

This monograph investigates the processes of political value formation among Brazilian Generation Z in a context marked by the simultaneous rise of neoliberalism and conservatism. The study aims to analyze youth and how the economic, social, and cultural transformations of recent decades have reconfigured the mechanisms of youth political socialization, creating favorable conditions for adherence to anti-democratic values. The theoretical framework is structured around the study of: youth culture and political socialization; neoliberalism as a political rationality that produces subjectivities; conservatism as a style of thought adaptable to contemporary conditions; authoritarianism as a structuring political tradition of Brazilian society; and, finally, social networks as a meeting point between youth and the far right. Methodologically, the research adopts a quantitative approach through the analysis of data from the ESEB (Brazilian Electoral Study) of 2018 and 2022. The results demonstrate not only a significant erosion of trust in representative democratic institutions but also a substantial openness to authoritarian alternatives of government. It can be concluded that the formation of a reactionary youth is not a spontaneous or merely generational phenomenon, but rather results from structural processes of social transformation articulated with deliberate political strategies aimed at capturing youth discontent.

Keywords: Reactionary youth. Far-right. Neoliberalism

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráficos 1 e 2 - Ter um líder forte é bom para o Brasil 2018 e 2022.....	39
Gráficos 3 e 4 - A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo 2018 e 2022.....	41
Gráficos 5 e 6 - Confiança nas instituições: Congresso nacional 2018 e 2022.....	43
Gráficos 7 e 8 - Confiança nas instituições: Governo Federal 2018 e 2022.....	45
Gráficos 9 e 10 - Confiança nas instituições: Judiciário 2018 e 2022.....	46
Gráficos 11 e 12 - Confiança nas instituições: Partidos Políticos 2018 e 2022.....	48
Gráficos 13 e 14 - Confiança nas instituições: Igreja Evangélica 2018 e 2022.....	49
Gráficos 15 e 16 - Confiança nas instituições: Forças armadas/militares. 2018 e 2022.....	51

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 EXTREMA DIREITA E SEUS ASPECTOS	13
2.1 Conservadorismo.....	15
2.2 Autoritarismo	16
2.3 Neoliberalismo.....	18
2.4 Neofascismo	20
3 JUVENTUDE E A DEMOCRACIA BRASILEIRA	22
3.1 Juventude: um conceito	22
3.2 Juventude e Cultura Política: caminhos da socialização política contemporânea	24
3.3 Democracia Inercial e o processo de redemocratização.....	26
3.4 Neoliberalismo e juventude	29
4 REDES SOCIAIS E O FUTURO DA JUVENTUDE DEMOCRÁTICA	30
4.1 Contraste entre a socialização política digital e tradicional.....	31
4.2 Desigualdade Social e participação política	32
4.3 Juventude digital e o avanço da extrema direita no espaço virtual	34
5 ANÁLISE DA CULTURA POLÍTICA JUVENIL.....	37
5.1 Tendências ao autoritarismo	38
5.2 Apoio à democracia.....	40
5.3 Confiança nas instituições	42
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o avanço do neoliberalismo, o desmonte de políticas sociais, o aumento do desemprego e o crescimento de empregos informais vêm afetando a população brasileira e provocando mudanças sociais e políticas (Prado; Silva; Silvestrini, 2020). Essas mudanças ressoam particularmente na socialização política e na democracia brasileira, que vem enfrentando uma crise de legitimidade, com um apoio crescente a discursos autoritários, especialmente entre os jovens da geração Z. Dados recentes do Latinobarômetro (2024) apontam que 53,5% dos brasileiros não se importariam se um governo não democrático chegasse ao poder se isso resolvesse os problemas; quando esses dados são cruzados com a variável idade, observamos que 51,4% dos jovens entre 15 e 25 concordam com essa afirmação. Esses dados demonstram a urgência em compreender como o neoliberalismo, ao reconfigurar as formas de inserção social, contribui para a formação de subjetividades juvenis mais suscetíveis à adesão a narrativas autoritárias. Compreender como o avanço do neoliberalismo influencia os mecanismos de socialização política e cultural desse grupo é essencial para propor estratégias eficazes que fortaleçam a cultura democrática e combatam a desinformação e a ascensão de regimes autoritários.

Quando voltamos os olhares à América Latina, observa-se crescentes desafios econômicos e sociais que se manifestam através de um descontentamento da população para com as suas instituições políticas. Isso se torna mais evidente nas escolhas de representantes políticos que se apresentam como alternativas a um sistema que já não consegue sanar as necessidades básicas de uma sociedade. As eleições de Jair Bolsonaro em 2018 no Brasil e de Javier Milei em 2023 na Argentina podem servir como exemplo de como esse cenário político se manifesta na América Latina. Bolsonaro e Milei possuem uma série de semelhanças em suas campanhas políticas, entre elas, o discurso antissistema (Moreira, 2025). Esses discursos se apropriam do sentimento de descontentamento popular com as instituições democráticas e se colocam contra o sistema vigente, apresentando-se como alternativas às políticas democráticas tradicionais que, em meio a uma ascensão do neoliberalismo, já não mais satisfazem as necessidades básicas das camadas populares.

Esse cenário complexo está intrinsecamente ligado às questões como a transformação na socialização política dos jovens, as mídias digitais, a ascensão da extrema direita, os discursos neofascistas, e a desigualdade socioeconômica. Diante desse contexto, esse estudo busca responder a seguinte questão: como a ascensão da extrema direita e do neoliberalismo no Brasil e no mundo está afetando os jovens brasileiros da geração Z¹?

Tem-se como objetivo geral analisar de que modo o avanço da extrema direita e do neoliberalismo moldam o processo de socialização política e cultural juvenil possibilitando a formação de uma juventude reacionária. Portanto, essa pesquisa tem como objetivos específicos: (i) entender a ascensão de uma extrema direita brasileira populista e o seu caráter autoritário e neofascista; (ii) entender o processo de formação e socialização política dos jovens da geração Z e os impactos das redes sociais nesse segmento; (iii) estudar a influência do neoliberalismo na juventude brasileira de modo a entender os seus impactos no processo de formação de uma cultura sociopolítica conservadora entre os jovens; (iv) analisar empiricamente a confiança da juventude nas instituições. Para isso busca-se entender conceitos como liberalismo e neoliberalismo, comparar os processos de socialização política tradicional (familiar e escolar) e digital (redes sociais); investigar como a desigualdade de acesso à informação e a recursos educacionais influencia o engajamento político em diferentes classes sociais; e discutir os riscos que a crescente desconfiança institucional representa para a radicalização política juvenil. Esse trabalho busca contribuir com a ciência política ao sintetizar e interconectar fenômenos centrais que moldam a cultura política da Geração Z, oferecendo uma explicação mais robusta para discursos antissistema ao trabalhar os seguintes conceitos: cultura política; socialização política; extrema direita; democracia e neoliberalismo, através da perspectiva dos jovens brasileiros da geração Z.

Este estudo é feito em função do título de Graduação em Ciências Sociais e busca voltar a sua área de pesquisa ao âmbito da Ciência Política, dialogando

¹ A “Geração Z”, também conhecida por “Geração Digital”, é caracterizada por pessoas familiarizadas com meios de comunicação, tais como internet, telefone celular, canais de televisão, vídeo games, MP3 players e demais tecnologias digitais, as quais permanecem conectadas mesmo quando saem de suas casas, utilizando as chamadas “redes móveis”. A principal característica dessa geração é “zapear”, ou seja, alternar frequentemente entre as tecnologias digitais mencionadas, motivo pelo qual foi nomeada “Geração Z” (Souza, 2010 *apud* Neto, 2022)

com diferentes perspectivas teóricas, possuindo caráter quantitativo. Quanto a sua metodologia, será utilizada a plataforma ESEB². O estudo trabalha com jovens de 15 a 25 anos; essa faixa etária foi determinada ao levar em consideração que a presente pesquisa busca voltar seu olhar para a Geração Z, esta que é delimitada a nascidos entre metade da década de 1990 até 2010. Foi feito um cruzamento de dados onde serão examinadas as seguintes questões: (i) tendências ao autoritarismo, com a questão: Ter um líder forte é bom para o Brasil mesmo que ele não cumpra as regras; (ii) apoio à democracia, com a questão: A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo; (iii) confiança nas instituições políticas: congresso nacional, governo federal, judiciário, partidos políticos, forças armadas/militares e igreja evangélica. Tais variáveis foram cruzadas com a variável idade (15 a 25 anos). O cruzamento de dados é feito em comparação a respostas obtidas em pesquisas feitas nos anos das eleições de 2018 e 2022.

As quatro primeiras seções do trabalho possuem como base uma revisão bibliográfica, buscando apresentar conceitos chaves que ao longo da pesquisa se apresentarão primordiais para responder à pergunta proposta nesta monografia. Conceitos como autoritarismo, conservadorismo, democracia, socialização política e democracia inercial serão debatidos e ligados a questões da juventude contemporânea, mais especificamente à geração Z. A seção inicial sobre o estudo da extrema-direita no Brasil contemporâneo articulando diferentes conceitos e autores, como Moraes (2019) ao colocar como pilares desse campo político a tríade BBB (Boi, Bala e Bíblia), que sintetiza a aliança entre agronegócio, forças de segurança e setores religiosos conservadores.

A segunda seção aborda a juventude e a política, onde destacam-se os estudos de Santos e Hoffman (2021) sobre a democracia brasileira; a contribuição de Souza (2015) em seu trabalho sobre o autoritarismo na América Latina; as análises de Baquero, Baquero e Moraes (2016) acerca da cultura política; a investigação de Gonzalez e Chiodi (2021) sobre o impacto das mídias digitais entre os jovens; e as reflexões de Vasconcelos, Marques e Conceição (2019) em torno da socialização política virtual. Ao articular essas categorias,

² O Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) se trata de uma pesquisa nacional feita após as eleições que busca entender como as pessoas votaram e o por quê. Investiga o comportamento político dos brasileiros através de questionários que abrangem preferências político-partidárias, confiança nas instituições e percepções sobre a democracia.

busca-se construir um panorama dos desafios da socialização política juvenil no Brasil contemporâneo, oferecendo subsídios para o fortalecimento da democracia e do engajamento cívico.

A terceira se dedica a debater o impacto do neoliberalismo na percepção da juventude sobre questões como trabalho e democracia, iniciando com o contexto histórico do neoliberalismo abordando questões como liberalismo clássico e sua adaptação a evolução capitalista (Silva, 2024). A quarta seção procurou analisar a socialização política digital e como ocorre o encontro da geração Z com a extrema direita nas redes sociais. Por fim, o quinto e último capítulo se dedica a analisar o cruzamento de dados que reforçam o debate proposto ao longo desta monografia.

Este trabalho contribui para o meio acadêmico ao articular três dimensões usualmente analisadas de forma isolada: a transformação econômica neoliberal, a socialização política digital e o legado autoritário brasileiro, para explicar não apenas o comportamento político juvenil, mas também a formação de uma subjetividade reacionária específica da Geração Z. Tem-se, assim, o intuito de demonstrar como a combinação entre precarização existencial e socialização digital cria um terreno fértil para o que se identifica como "liberalismo autoritário": uma adesão simultânea à lógica meritocrática neoliberal e a soluções políticas hierárquicas e antidemocráticas, um paradoxo que é explorado ao longo desta pesquisa.

2 EXTREMA DIREITA E SEUS ASPECTOS

A presente seção se propõe a apresentar uma breve conceituação de direita e extrema direita, o contexto de suas formações e os principais aspectos que as formam. É importante ressaltar que apesar do autoritarismo, conceito esse que será trabalhado ainda neste capítulo, ser um aspecto importante para a manutenção de regimes de extrema-direita, quando colocados no contexto contemporâneo, esses movimentos não podem ser interpretados como uma repetição dos movimentos autoritários que estudamos no passado (Morais, 2019). O fenômeno atual se distingue por sua base de costumes, seu discurso e a articulação entre diferentes culturas conservadoras.

A ascensão da extrema-direita, muitas vezes também chamada de a "Nova Direita", tem seu marco principal com os protestos de junho de 2013, caracterizados por manifestações massivas e heterogêneas que emergiram de demandas sociais legítimas, como a melhoria dos serviços públicos, o direito à cidade e a contestação do modelo excludente de urbanização. No entanto, conforme analisa Marcus Giraldes (2024), o caráter inicialmente progressista e plural desses protestos foi gradualmente cooptado por setores da direita e da extrema direita, em um processo que se deu por uma combinação de fatores estruturais e conjunturais. A esquerda não foi capaz de organizar esse descontentamento e adotou um discurso que culpabilizava os manifestantes pela instabilidade política que se instaurava. Além disso, a atuação da grande mídia foi fundamental para redirecionar o sentido das manifestações. Inicialmente crítica aos protestos, a imprensa hegemônica passou a apoiá-los publicamente, mas com um claro objetivo: esvaziar seu conteúdo social e substituí-lo por uma pauta moralizante e anticorrupção. Essa mudança criou um terreno fértil para narrativas que associavam a política institucional, especialmente partidos de esquerda, à corrupção sistêmica, ao mesmo tempo em que fortaleciam discursos punitivistas e antipolíticos. Diferente da direita moderada, que opera dentro dos limites institucionais, a extrema direita é marcada por hostilidade às pautas de direitos humanos e por um alinhamento quase automático às forças militares, apresentando-se como a única capaz de "restaurar" a moral e combater a corrupção (Giraldes, 2024).

Assim, podemos caracterizar o extremismo como o principal elemento que separa uma direita moderada da extrema-direita. A direita moderada, apesar de

conservadora, ainda possui uma certa relação com o conceito de direitos fundamentais. A extrema-direita, no entanto, é caracterizada por um ódio às questões relacionadas a direitos humanos e por um apoio às instituições militares, instituições essas com um forte histórico autoritário, como meio de estabelecer uma ordem social.

[...] o posicionamento discursivo do então deputado federal Jair Bolsonaro, como representante do Congresso Nacional brasileiro, emerge na confluência instável entre a refutação erística — interação discordante — e a intolerância, as quais se diferenciam pelo teor de negação da alteridade, embora compartilhem essa mesma negação. (Moraes, 2019, p. 157)

O ex-presidente Jair Bolsonaro, o principal representante da extrema-direita brasileira nos últimos anos, com falas como “o erro da ditadura foi torturar e não matar” quando questionado sobre a ditadura civil-militar ou “morreram poucos, a PM tinha que ter matado mil...” quando se refere ao Massacre do Carandiru, demonstram o extremismo em seu ápice ao adotar abertamente um discurso intolerante que busca não apenas refutar, mas sim rotular e punir o outro. As paixões, o ódio e o medo são elementos utilizados para construir a imagem do opositor político que deve ser combatido. Estes elementos estabelecem a minoria ou o pobre como a ameaça, a corrupção de valores ou o parasita (metáfora que visa desumanizar e justificar a exclusão e a repressão). Ao negar a humanidade do outro, o político da extrema-direita extrapola o limite da discordância e a transforma em intolerância, legitimando a violência (ou o regime de exceção) como um meio de restauração da ordem e da democracia (Moraes, 2019).

Moraes (2019) faz uma interessante abordagem à representatividade institucional da extrema-direita, que ficou conhecida como BBB; esta sigla faz alusão como as principais instituições que representam a os interesses direitistas no âmbito político-econômico, são eles: Boi (agronegócio), Bala (segurança e militares) e Bíblia (cristãos conservadores), resultado de uma organização simbólica do discurso que unifica distintas culturas conservadoras. Pautadas na visão neoliberal, que transforma o indivíduo em "investimento e empresa", reforçada pela Teologia da Prosperidade, no moralismo conservador que defende a família cristã tradicional como a única portadora dos valores e, por fim, no autoritarismo que legitima o uso da violência estatal e policial como um fator estruturante para a ordem e o progresso. No decorrer deste capítulo é feita uma

conceituação desses principais elementos de modo que fique claro o seu papel na formação de uma juventude brasileira de extrema-direita.

Essa nova configuração da direita brasileira tem se mostrado especialmente eficaz na utilização das redes sociais para a mobilização de massas: é lá onde encontram espaços a cooptação de sujeitos e a criação de uma socialização política de identificação com valores conservadores. Para compreender esse processo, é necessário examinar as matrizes teóricas que o sustentam, o conservadorismo, o autoritarismo e o neofascismo, como formas históricas e contemporâneas de pensamento e prática política.

2.1 Conservadorismo

O conservadorismo, diferentemente de uma simples resistência ao novo ou apego ao passado, deve ser compreendido como um estilo de pensamento com continuidade histórica e social (Weller; Bassalo, 2020). Karl Mannheim, em seus estudos sobre o tema, diferencia o conservadorismo moderno do tradicionalismo. Enquanto este último expressa reações instintivas e difusas diante de mudanças, o conservadorismo é um movimento consciente, reflexivo e intencional, que se organiza em contraposição a ideologias progressistas e revolucionárias (Mannheim, 1971; 1984).

Na perspectiva mannheimiana, o conservadorismo surge historicamente no século XIX, quando determinados grupos sociais foram obrigados a se posicionar diante das ideias liberais e revolucionárias que emergiam na Europa. Esse estilo de pensamento não se reduz, portanto, a um hábito cristalizado, mas constitui-se como contramovimento ideológico, capaz de se adaptar a diferentes conjunturas sociais e políticas. Como enfatiza Mannheim (1984), a ação conservadora não é automática, mas se fundamenta em orientações coletivas, conscientes ou inconscientes, que se renovam em cada geração.

Essa concepção é fundamental para compreender o fenômeno contemporâneo da emergência de jovens conservadores no Brasil. De acordo com Weller e Bassalo (2020), tais grupos se autodefinem como herdeiros culturais de um pensamento conservador, tomando para si valores ligados à moral cristã, à família tradicional, ao liberalismo econômico e à rejeição de políticas progressistas. Ao mesmo tempo, esses jovens reconfiguram a tradição em novos espaços de sociabilidade, sobretudo nas redes sociais, que se

tornaram centrais para sua mobilização, difusão de ideias e construção de identidade coletiva.

Assim, fica claro que o conservadorismo não se apresenta como uma doutrina única ou um conjunto fechado de ideias, mas como uma forma de interpretar a realidade que se atualiza a cada contexto histórico. Seu foco está na capacidade de polarizar debates e de se afirmar como alternativa diante de transformações sociais percebidas como ameaçadoras. No Brasil, a ascensão desses grupos juvenis após 2013 evidencia como o conservadorismo se coloca novamente como matriz explicativa e mobilizadora, reafirmando sua permanência enquanto estilo de pensamento que atravessa gerações. Dessa forma, o conservadorismo oferece o pano de fundo ideológico para a ascensão de uma juventude de direita que se mobiliza em defesa da moral tradicional e da livre iniciativa. Entretanto, para compreender como esse discurso moral se associa à defesa de uma ordem autoritária e hierárquica, é necessário recorrer ao conceito de autoritarismo, que historicamente fornece sustentação à rejeição de valores democráticos e pluralistas.

2.2 Autoritarismo

O autoritarismo constitui uma categoria central na análise da ciência política, especialmente em estudos voltados a regimes não democráticos. Em termos conceituais, o autoritarismo pode ser definido como um regime político caracterizado pela concentração de poder, pela restrição das liberdades civis e pela eliminação ou controle da participação popular na esfera pública. Não se trata apenas da ausência de democracia, mas de uma forma específica de organização do poder que privilegia a autoridade do Estado, frequentemente apoiada em forças armadas ou elites civis conservadoras, em detrimento da autonomia dos indivíduos e das organizações sociais (O'Donnell, 1986; apud Souza; Gallo, 2010).

Do ponto de vista histórico, o autoritarismo moderno ganhou expressão particular no século XX, principalmente em contextos de crise institucional, instabilidade política e ascensão de ideologias de massa. Durante a Guerra Fria, esse fenômeno assumiu um lugar central na América Latina, quando a chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN) serviu como justificação ideológica para a implementação de regimes de exceção. Assim, ela “foi incorporada como o

fundamento teórico justificador da proteção da sociedade nacional a partir da definição de um Estado que precisava esconder sua essência antidemocrática." (Padrós, 2005, p.25). Fortemente fundamentada na retórica da luta contra o comunismo e na manutenção da ordem interna, a DSN consolidou a legitimidade de regimes que recorriam sistematicamente à violência política, como prisões arbitrárias, tortura, desaparecimentos forçados e exílio dos opositores.

Segundo Guillermo O'Donnell (1986), os regimes burocrático-autoritários constituíram a forma predominante de autoritarismo na América Latina entre as décadas de 1960 e 1980. Eles foram definidos por três características principais: a exclusão dos setores populares da política, a reorganização das economias nacionais em consonância com padrões internacionais de acumulação capitalista e a supressão ou forte limitação dos direitos de cidadania (O'Donnell 1986, p. 21-23 apud Souza, 2014, p.76). Essa configuração foi acompanhada por um estreito vínculo entre militares e elites civis, que garantiu a estabilidade política dos regimes por longos períodos. É importante ressaltar que o autoritarismo não acaba no fim formal dos regimes ditoriais. Como observam Souza e Gallo (2014), o autoritarismo projeta-se como legado político e cultural, permanecendo como traço estrutural nas sociedades que o vivenciaram. Esses legados podem ser institucionais, como a permanência de prerrogativas militares e legislações herdadas, mas também culturais, influenciando valores, percepções e atitudes políticas da população. A cultura política, nesse sentido, revela a persistência de crenças que relativizam a democracia e naturalizam práticas autoritárias, mesmo em contextos formais de regimes democráticos.

Bruno Mello Souza e Carlos Artur Gallo (2014) fazem um interessante estudo sobre países latino-americanos como Brasil, Argentina, Chile e Uruguai que entre as décadas de 1960 e 1980 foram governados por ditaduras civis-militares e que, sob a retórica da Doutrina de Segurança Nacional, buscaram combater a suposta ameaça comunista e garantir a estabilidade da ordem política e econômica. No Brasil, o golpe de 1964 instaurou uma ditadura de 21 anos, caracterizada pela centralização do poder nas mãos das Forças Armadas, pela implementação de um bipartidarismo controlado (ARENA e MDB) e pela adoção de políticas de desenvolvimento alinhadas ao capitalismo internacional. A repressão política foi intensa, marcada pelo uso sistemático da censura, pela prisão de opositores, pela tortura e pelo desaparecimento forçado de militantes.

Mesmo em meio a eleições periódicas, o regime manteve rígido controle sobre a participação política, neutralizando qualquer forma de oposição significativa.

Apesar da redemocratização nos anos 1980, os legados do autoritarismo persistem na região. Souza e Gallo (2014) destacam que esses legados se manifestam tanto em instituições (como a manutenção de aparatos repressivos e prerrogativas militares) quanto em dimensões culturais, refletindo-se em baixos índices de confiança institucional, frágil adesão democrática e naturalização de práticas autoritárias. Além disso, como argumentam Soares e Marrafa (2021), as narrativas autoritárias continuam a ressurgir no presente, associadas a discursos de ordem, segurança e moralidade, indicando que os traços autoritários permanecem como recurso mobilizador em momentos de crise política e social. Assim, o autoritarismo, longe de ser apenas uma forma de governo, deve ser entendido como um modo de subjetivação política, que naturaliza a obediência, o militarismo e a repressão como meios legítimos de garantir a ordem social. Esse ethos autoritário, profundamente enraizado na cultura política brasileira, fornece terreno fértil para a emergência de movimentos contemporâneos de extrema-direita, que reinterpretam esses valores sob novas roupagens, especialmente na forma do neofascismo.

2.3 Neoliberalismo

A partir da década de 1970, a partir das reformas de Augusto Pinochet no Chile e, em seguida, com os governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, o neoliberalismo ganhou forma prática como um programa político e econômico voltado para a desregulamentação dos mercados, privatização de serviços públicos e redução do Estado de bem-estar social. Nesse contexto, o capital financeiro emergiu como o grande beneficiário do novo paradigma, ultrapassando a centralidade do capital industrial.

Segundo David Harvey (2008), o neoliberalismo pode ser entendido tanto como um projeto teórico de reorganização do capitalismo internacional quanto como um projeto político de restauração do poder das elites econômicas, sendo este último o que predominou historicamente. Essa visão marxista destaca seu papel como estratégia de classe, reforçando desigualdades e impondo uma nova disciplina ao trabalho. Já a leitura foucaultiana vê o neoliberalismo como uma racionalidade política que não se limita à economia, mas que reformula

instituições, subjetividades e formas de governo. Nesse sentido, trata-se de uma forma de existência: um modo de conduzir os indivíduos a se perceberem como “empreendedores de si mesmos”, internalizando a lógica da concorrência e do capital humano.

Quando o comparamos ao liberalismo clássico, que surge no século XVIII com Adam Smith e David Ricardo, enfatizando a liberdade individual, a divisão do trabalho e a limitação do poder estatal, o neoliberalismo se diferencia por possuir um caráter construtivista. Ou seja, ele não entende o mercado como uma ordem natural, mas como algo que deve ser ativamente criado e sustentado pelo Estado, que passa a organizar ele próprio sob a forma-empresa. Os efeitos sociais do neoliberalismo são amplamente criticados: precarização do trabalho, enfraquecimento de direitos sociais, aumento das desigualdades e a ascensão de tendências autoritárias que exploram o descontentamento gerado por esse modelo. Autores como Bauman (2021) e Sennett (2000) apontam ainda para suas consequências culturais, como a insegurança existencial e a liquidez dos vínculos sociais. Assim, o neoliberalismo deve ser entendido menos como um conjunto fixo de políticas e mais como uma racionalidade hegemônica que molda práticas estatais, econômicas e subjetivas. Ele combina a promessa utópica de liberdade de mercado com a prática concreta de concentração de poder econômico, sendo, ao mesmo tempo, um conceito teórico em disputa e um fenômeno histórico de grande impacto sobre o presente.

Se no plano global o neoliberalismo se consolidou como racionalidade hegemônica, no Brasil ele assumiu feições específicas, frequentemente articuladas a tendências autoritárias. Isso ocorre porque, ao contrário do discurso de neutralidade e eficiência que o neoliberalismo tenta projetar, sua aplicação concreta frequentemente demanda formas de contenção política, seja pela criminalização de movimentos sociais, seja pelo fortalecimento de mecanismos de repressão estatal. No contexto brasileiro, o neoliberalismo não significou um Estado mínimo, mas sim um Estado ativo na garantia dos interesses do mercado e das elites, ao mesmo tempo em que se enfraqueciam direitos sociais conquistados historicamente. Como destacam análises recentes, isso gerou um paradoxo: um discurso de liberdade econômica acompanhado de restrições democráticas e de práticas de exceção. O neoliberalismo brasileiro, portanto, revela sua face híbrida: de um lado, a abertura de mercados,

privatizações e flexibilização trabalhista; de outro, o endurecimento da política e a erosão de mecanismos democráticos (Andrade; Côrtes; Almeida, 2021).

Nessa chave, o neoliberalismo não pode ser lido apenas como uma doutrina econômica, mas como uma forma de governo que convive bem com o autoritarismo. A promessa de liberdade individual se limita ao consumo e ao empreendedorismo, enquanto a vida política é marcada pela concentração de poder, exclusão social e aprofundamento das desigualdades.

2.4 Neofascismo

O fascismo, como fenômeno histórico e político, surgiu no período entreguerras, na Itália de Benito Mussolini e na Alemanha nazista, constituindo-se como uma forma política de extrema-direita que conjugava elementos de nacionalismo exacerbado, culto ao líder, violência como instrumento legítimo de ação política e mobilização popular em larga escala. Do ponto de vista marxista, pode ser entendido como uma resposta autoritária à crise do capitalismo em sua fase imperialista, defendendo os interesses do grande capital e dos monopólios sob a roupagem de um discurso modernizador e pragmático. Embora o termo seja frequentemente generalizado, é importante distinguir que nem todo regime autoritário corresponde ao fascismo: este requer, em sua configuração, uma base de massas que legitima e sustenta sua organicidade no aparelho de Estado (Carnut, 2020).

Há muitas controvérsias em torno do termo “neofascismo”, mas de modo geral podemos classificá-lo como uma atualização das práticas e discursos fascistas às condições do capitalismo contemporâneo, especialmente em seu estágio neoliberal. Carnut (2020), o caracteriza como uma forma política que retoma características do fascismo clássico (autoritarismo, intolerância, mobilização social em torno de mitos irracionalistas e da violência) mas que se apresenta com novas roupagens. Entre estas estão o chamado “ciberfascismo”, marcado pelo uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, o “neofascismo cultural”, expresso em práticas de revisionismo histórico e o uso do terrorismo como forma de ação política.

[...] o neofascismo tem logrado êxito em outras frentes de ação como na internacionalização de seu alcance no pós-guerra, na construção de um ambiente cíltico do neofascismo grupal (através de organizações neofascistas), pelo uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação (ciberfascismo), na edificação de um

‘neofascismo cultural’ (metapolitização) e na criação de uma escola própria de história moderna (revisionismo histórico). (Carnut, 2020, p. 83).

Tais elementos revelam que, embora o fascismo clássico tenha sua origem no contexto europeu do século XX, suas ressignificações permanecem presentes em sociedades contemporâneas, inclusive na América Latina.

No Brasil, a questão neofascista tem ganhado relevância em meio à ascensão de forças conservadoras e autoritárias. Odilon Caldeira Neto (2020) ressalta, contudo, que o termo é por vezes utilizado de maneira indiscriminada para classificar distintos grupos e expressões da direita. Para o autor, é necessário adotar uma conceituação mais restritiva: o neofascismo deve ser identificado sobretudo em grupos que buscam recuperar e atualizar a tradição fascista, resgatando símbolos, discursos e práticas vinculados ao integralismo e ao nacionalismo autoritário. Esses grupos, ainda que fragmentados, estabelecem disputas e aproximações com partidos políticos e organizações da extrema-direita, procurando ampliar sua influência no campo político e social.

Erra aquele que entende o neofascismo como uma simples continuidade do fascismo histórico ou como um fenômeno idêntico. Ele retorna ao mundo atual como uma tradução contemporânea de um ideário autoritário, adaptado às condições do capitalismo neoliberal e às crises sociais atuais. Se o fascismo do século XX se consolidou em regimes totalitários de massa, o neofascismo se manifesta sobretudo em redes descentralizadas, em práticas discursivas e culturais que tensionam os limites da democracia liberal, difundindo intolerância, desigualdade e práticas antidemocráticas (Carnut, 2020). O neofascismo, portanto, pode ser compreendido como a atualização simbólica e discursiva das práticas autoritárias e conservadoras sob as condições do capitalismo neoliberal. Ele herda do autoritarismo a valorização da força e da ordem; do conservadorismo, a defesa da moral tradicional; e do neoliberalismo, o individualismo competitivo e o desprezo pelas políticas sociais (Carnut, 2020). Como demonstram os próximos capítulos deste estudo, no Brasil, assim como em outros países, estas características se expressam na radicalização de discursos de ódio, no revisionismo histórico e na crescente mobilização digital de grupos que defendem valores antidemocráticos, especialmente entre jovens conectados e descontentes com a política tradicional.

3 JUVENTUDE E A DEMOCRACIA BRASILEIRA

Compreender o conceito de juventude é primordial para analisar sua relação com a política, sobretudo em contextos de crise de confiança democrática e de reconfiguração dos espaços de socialização, nos quais emergem novas formas de engajamento e do conservadorismo. Esse cenário de desconfiança institucional e de busca por novos espaços de pertencimento político favoreceu também o crescimento de discursos moralmente conservadores entre jovens, que se aproximam de pautas da direita e extrema-direita como forma de reafirmação identitária em meio à crise de representação. Estudos como os de Weller e Bassalo (2020) apontam que o conservadorismo juvenil se nutre tanto de referências religiosas quanto de uma retórica de meritocracia e antipolítica, características amplamente difundidas nas redes sociais.

No Brasil, assim como outros muitos países da América Latina, esse processo de descontentamento para com o seu sistema democrático cria ambiente propício à ascensão de lideranças políticas autoritárias que se vendem como soluções para problemas inerentes à democracia, como podemos observar

[...] na última Pesquisa Mundial de Valores (WVS), na 7^a onda (2015/2019): perguntados sobre “qual a importância de se ter um líder forte no país que não tenha medo de passar por cima do parlamento e das eleições”, 23,9% acham “ótimo” ter este líder e 41,6% acham “bom”. (Santos, Castro, Hoffmann, 2021, p.128).

A ascensão do autoritarismo no Brasil e na América Latina pode ser compreendida a partir de uma série de perspectivas. Essa pesquisa buscará debatê-las e entender como a procura por lideranças disruptivas acaba em eleições de lideranças autoritárias. Esta seção é voltada à olhar ao território brasileiro e avaliar esse evento a partir da apresentação de conceitos como cultura política, socialização política, juventude e democracia inercial. Buscaremos entender, também, a crescente tendência dos brasileiros a discursos e líderes autoritários que colocam à prova a soberania do sistema democrático.

3.1 Juventude: um conceito

O conceito de juventude não pode ser interpretado como algo natural ou fixo, mas sim como uma construção social, histórica e cultural. Conforme aponta a

literatura, até os séculos XVIII e XIX não havia uma delimitação clara entre infância, adolescência e vida adulta. Como mostra Ariès (1981 *apud* Junior; Vasconcellos, 2017), a adolescência era confundida com a infância, já que a passagem para a vida adulta ocorria basicamente com a superação da dependência familiar. Foi somente entre os séculos XIX e XX, com as transformações demográficas, econômicas e culturais, que a adolescência e a juventude passaram a ser reconhecidas como fases específicas, vinculadas principalmente à expansão da escolarização e ao adiamento da entrada no mercado de trabalho.

No Brasil, a legislação ajuda a reforçar essa distinção: o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) define adolescente como aquele entre 12 e 18 anos, enquanto o Estatuto da Juventude (2013) estabelece a juventude entre 15 e 29 anos. No entanto, pesquisadores ressaltam que essas fronteiras etárias não dão conta da complexidade do fenômeno. Como argumenta Dayrell (2003), a juventude deve ser entendida como um modo de ser, com significados próprios, não apenas como uma transição para a vida adulta. Essa visão amplia a noção para o plural “juventudes”, destacando a diversidade de experiências marcada por fatores de classe, gênero, raça, território e cultura.

Inserida em um contexto de modernidade radicalizada³, a juventude se consolidou também como valor cultural. O prolongamento da vida transformou o jovem, antes visto como “promessa de futuro”, em modelo cultural do presente, associado a estilos de vida e consumo, independentemente da idade. Esse fenômeno é intensificado pela lógica capitalista, que cria um mercado voltado ao “ser jovem”, mas ao mesmo tempo culpabiliza o indivíduo por suas dificuldades de inserção (Coimbra; Bocco; Nascimento, 2005). Assim, ao mesmo tempo em que a juventude é celebrada como símbolo de energia e inovação, os jovens são socializados em um contexto de precarização econômica e crescente desigualdade social, que os vulnerabiliza como sujeitos de direitos. Essa dicotomia, entre a valorização simbólica da juventude e sua vulnerabilidade

³ Conceito de Anthony Giddens (1991), é a fase da modernidade em que os processos típicos dela, como racionalização, ciência, tecnologia e globalização, ficam ainda mais intensos. As instituições se tornam cada vez mais complexas, vida social organizada por sistemas que a gente não controla diretamente, e um futuro super incerto. Nesse contexto, as pessoas precisam construir suas identidades de forma reflexiva o tempo todo, revisando escolhas, estilos de vida e até relações, porque tudo está em constante transformação.

material, possibilita a busca por identidades sólidas e ordens morais rígidas, como as oferecidas pelo conservadorismo e pelo autoritarismo. A adesão a valores de extrema-direita pode ser interpretada, em parte, como uma resposta a essa contradição: em um mundo que exige do jovem autonomia e desempenho, mas lhe nega segurança, discursos que prometem ordem, hierarquia e estabilidade podem ressoar como refúgio identitário.

Na atualidade, sobretudo quando voltamos nosso olhar aos contextos latino-americanos, o conceito de juventude se entrelaça às condições de vulnerabilidade social. Perez e Vommaro (2023), reiteram que a pandemia da Covid-19 revelou e aprofundou desigualdades vividas pelos jovens, como a precarização do trabalho e os impactos que isso causou na saúde mental da população, além do acesso desigual às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Assim, na contemporaneidade, a juventude pode ser qualificada como uma categoria social plural, historicamente situada, atravessada por desigualdades e, ao mesmo tempo, marcada por potencialidades de inovação cultural e política. A juventude constrói um espaço legítimo de experiências e de construção de projetos, em constante diálogo com as transformações sociais, econômicas e culturais.

3.2 Juventude e Cultura Política: caminhos da socialização política contemporânea

A cultura política é delimitada por um fator regional e histórico, e faz referência às atitudes e às predisposições tomadas pelos cidadãos de seus países em relação à política e aos sistemas políticos (Souza, 2016). Analisando essas ideias, podemos interpretá-las como as “perspectivas e enfoques que os sujeitos desenvolvem com relação à política e como eles se veem inseridos nos contextos de assuntos políticos” (Souza, 2016. p.11). Ou seja, trata-se de abordar a relação dos indivíduos com os processos políticos, a partir de suas culturas, seus entendimentos, seus comportamentos e seus vínculos com instituições políticas. Para debatermos a cultura política juvenil precisamos primeiramente entender sobre o processo de socialização política, ou seja, entender os meios pelos quais os indivíduos têm acesso ao debate político, onde formam os seus entendimentos sobre estes processos e formam a sua identidade política. Esse processo de socialização política está dentro do conceito de cultura política à medida em que podemos entendê-lo como os

meios pelos quais os cidadãos constroem suas crenças políticas; estas são perpassadas pelo ambiente político cultural no qual estes cidadãos estão inseridos.

Existe um debate quanto à fase na qual as orientações políticas podem começar a ser estabelecidas. Muitos autores enfatizam a juventude como o período em que vertentes políticas “se consolidam e permanecem latentes, manifestando-se de forma residual durante toda a vida do indivíduo e pouco se alterando com o passar dos anos, salvo em razão de experiências excepcionalmente traumáticas.” (Okado, et al. 2018, p. 268-269). Entender a fase da juventude como primordial para a consolidação de uma cultura política pode, neste trabalho, ajudar a entender a cooptação, lenta porém crescente, de jovens pela extrema direita, já que

Durante a transição da juventude para a vida adulta, particularmente a partir dos 14 anos (AMADEO et al., 2002), os(as) jovens desenvolvem as suas identidades políticas e padrões de comportamento que sustentam a cultura política através de processos que são comumente designados de socialização política (e.g., EASTON; DENNIS, 1969; GUTMANN, 2003). (Rodrigues, et al. 2018, p.2)

Esse processo de socialização política não ocorre de forma abstrata, mas está intimamente ligado à maneira como os jovens criam consciência da capacidade de influenciar o sistema político. É aqui que se insere a noção de eficácia política subjetiva, entendida como a percepção de que a participação e o engajamento na esfera política podem, de fato, gerar resultados concretos e transformações sociais. Os sujeitos que desenvolvem essa percepção e “[...] sentem-se ‘ouvidos’ pelas esferas governamentais e, o mais importante, sentem-se como entes capazes de, por via da inserção política, mudarem os seus destinos.” (Souza, 2016, p.12). Assim, instituições políticas que são amplamente engajadas com a sua população possuem um maior retorno referente à participação dessa população dentro do sistema e das decisões políticas desse país.

Aprofundamos mais esse conceito, quando entendemos a ideia de autoestima política, ou seja, “uma autoavaliação sobre a relevância que os indivíduos crêem ter no cenário político” (Souza, 2016. p.11). À medida que compreendemos que a cultura política se fundamenta na relação entre sociedade e Estado, servindo de suporte para a criação e manutenção dos regimes democráticos, entendemos que quanto maior for a disposição das

instituições políticas em estabelecer vínculos com os sujeitos políticos, maior será a autoestima destes em relação à sua participação nos processos políticos. Assim, os cidadãos tendem a demonstrar mais interesse e vontade de participar da política, pois percebem que suas demandas e preocupações são ouvidas. Com isso, “Do ponto de vista da abordagem da cultura política, a confiança institucional é uma extensão da confiança interpessoal, aprendida na infância e projetada para as instituições políticas.” (Baquero; Castro; Ranincheski, 2016. p. 10). Vemos então que a falta de ligação/elo das instituições políticas para com os seus cidadãos pode se tornar um dos possíveis entendimentos para o desânimo e a descrença nas instituições políticas que vem crescendo com o passar dos anos no Brasil.

3.3 Democracia Inercial e o processo de redemocratização

A crise de confiança nas esferas políticas institucionais pela qual o Brasil tem passado impacta diretamente os indivíduos, especialmente os jovens, que demonstram uma crescente descrença nas instituições representativas (Santos, Castro e Hoffmann, 2021).

Os jovens, ainda que majoritariamente socializados por meios como família e escola, passam a buscar novas formas de participação e engajamento político fora dos meios tradicionalmente institucionalizados, recorrendo, cada vez mais, a espaços mediados pela internet, que se apresentam como um importante meio de socialização política. Jennifer Azambuja de Moraes e Ana Julia Bonzanini Bernardi (2021), destacam que os ambientes digitais ampliam o contato dos jovens com discursos políticos diversos e passam a influenciar significativamente a construção de percepções, valores e atitudes em relação à política. Nesse contexto, a desconfiança em relação às instituições políticas, ainda que legítima, pode ser instrumentalizada por lideranças autoritárias que mobilizam discursos “antissistema”, oferecendo soluções rápidas e simplificadas para problemas complexos. Tais narrativas tendem a ressoar com maior intensidade entre jovens que demandam mudanças imediatas. Quando essa desilusão institucional não é acompanhada pelo fortalecimento de uma cultura democrática sólida, abre-se espaço para a aceitação de soluções autoritárias.

Marielli Prestes Bittencourt em sua tese *A “Nostalgia Da Ditadura” e as Eleições de 2018 no Brasil: Uma Proposta de Explicação* (2020), pontua traços

bastante significativos referentes a tendências autoritárias dentro da democracia brasileira e a sua ligação com o processo de redemocratização que o país passou durante a década de 1980. Durante a transição da ditadura civil-militar para a democracia, “a memória em relação ao passado autoritário não foi trabalhada institucionalmente, de modo que não houve um esforço por parte do Estado em construir uma memória em relação à ditadura civil-militar.” (Bittencourt, 2020, p.23). Isso tem uma clara ligação com o processo de transição política, também chamado de *distensão política* ou *abertura política*, que foi encabeçado pelos próprios militares (Souza, 2016). O processo gradual de abertura política e a “má digestão” do que foi o regime autoritário da ditadura civil-militar deu abertura a:

[...] uma sociedade que apoia a democracia, mas não os valores democráticos, havendo uma descrença na democracia devido à assimetria entre os sistemas econômicos e políticos do país, por uma grande desigualdade política, social e econômica, e por instituições políticas deficientes que são incapazes de transformar as demandas da sociedade em políticas públicas. (Bittencourt, 2020, p.23).

Os acontecimentos seguintes dos governos pós regime militar podem ser vistos como um agravante na percepção da população de que a democracia poderia não ser o melhor regime a ser seguido. Com o falecimento de Tancredo Neves, o representante político escolhido por um Colégio Eleitoral para concluir a transição do regime, e o mandato de seu vice José Sarney, o cenário brasileiro é marcado pelo início de uma crise inflacionária e por inúmeras denúncias de corrupção ao governo, que vieram com a queda das políticas de censura estabelecidas durante a ditadura militar. Assim, “A maior transparência contribuiu para que o público tivesse a impressão de que a corrupção aumentara quando o bastão do comando do país passou de um militar para um civil.” (Almeida, Garrido, 2022, p.52).

Quando juntas, essa “má digestão” do regime autoritário implantado na ditadura militar e o estado de desordem que os dois governos seguintes enfrentaram (os governos de José Sarney e Fernando Collor), podem ter influenciado a percepção de que o regime anterior era o mais adequado, além de estabelecer um comportamento brasileiro que, apesar de apoiar o regime democrático, atribuem a figuras ou discursos autoritários a ideia de estabilidade. Ou seja, a população apoia a democracia, mais por inércia do que por vitalidade política real, ela se mantém funcionando formalmente (com eleições, partidos,

instituições), mas sem energia cívica, sem participação ativa e sem confiança social que a sustentem de verdade: Baquero (2018) chama este estado social de “democracia inercial”.

Quando destacamos a presença jovem no cenário político brasileiro, Baquero, Baquero e Moraes (2016) salientam em seus estudos sobre cultura política juvenil que esse “paradoxo” da democracia inercial é apresentado onde

Por um lado, os jovens demandam mais espaços de participação; por outro lado, são cada vez mais cínicos a respeito das instituições político-democráticas representativas. Esse paradoxo é uma consequência do processo de construção democrática, no qual a institucionalização da democracia eleitoral ocorre, simultaneamente, com um crescimento do distanciamento da juventude da arena política convencional. Sob essas circunstâncias, aumenta a probabilidade de emergir uma cultura política híbrida. (Baquero; Baquero; Moraes, 2016, p.995)

Esse hibridismo caracterizado pelo forte apoio à democracia na mesma medida em que se tem uma crescente desconfiança em relação às instituições políticas que mantêm esse sistema democrático pode ser visto como um fator crucial para explicar o surgimento das redes sociais, não somente como um novo espaço de debate político, mas também como uma espécie de refúgio onde grupos se formam na intenção de expressar essa descrença nas instituições representativas e, em alguns casos, se organizar politicamente em relação a elas. Como exemplo, podemos utilizar os protestos contra o aumento da tarifa do transporte público de São Paulo em 2013, os protestos que pediam o Impeachment da então presidente Dilma Rousseff em 2016 e a mais recente tentativa de golpe que ficou popularmente conhecida como “Os ataques de 8 de janeiro” em 2023, todos organizados, em sua maior parte, em grupos de redes sociais.

Assim, a relação entre juventude e cultura política se apresenta como um dos focos centrais de um estudo maior sobre a influência que a ascensão de políticas conservadoras pode ter sobre os jovens na atualidade, os quais se complementam na análise da emergência de novos modos de socialização política entre os indivíduos. A internet, por exemplo, vem ganhando cada vez mais espaço e os ambientes digitais surgem como novos agentes centrais de socialização política, por meio dos quais os jovens constroem referências, valores e percepções sobre a política. Esses novos modos de socialização manifestam-se em práticas como o consumo e o compartilhamento de conteúdos

políticos nas redes sociais, a participação em debates online, o engajamento em campanhas digitais e a mobilização por meio de plataformas virtuais. Os principais agentes envolvidos nesse processo são influenciadores digitais que disseminação de narrativas simplificadas sobre questões complexas, movimentos políticos organizados nas redes e lideranças que utilizam os meios digitais como estratégia de comunicação e mobilização, focando no apelo emocional, no uso de linguagens acessíveis e na exploração de algoritmos para ampliar o alcance das mensagens (Moraes; Bernardi, 2021).

3.4 Neoliberalismo e juventude

A juventude se apresenta como um dos grupos mais afetados pelas dinâmicas neoliberais, já que é sobre ela que recaem, de maneira privilegiada, os problemas da flexibilidade, da adaptabilidade e da autogestão no mundo do trabalho. De acordo com o Mapeamento de Trabalho Informal no Brasil (2022):

O comportamento da informalidade por faixa etária apresenta um formato de “U”, ou seja, ela é mais expressiva nos extremos: na faixa entre 14 a 19 anos chega a 67,6% e volta a crescer a partir dos 50 anos (54,5%) e dos 60 anos (69,5%). Mesmo entre os jovens entre 20 a 29 anos a informalidade é bastante elevada (47,8%). O acesso ao mercado de trabalho por meio da informalidade pode marcar toda trajetória laboral destes jovens que só irão ter acesso à trabalhos precários e vulneráveis. Analisando os dados sob outra perspectiva agora pelo total de informais se evidencia que as faixas entre 20 e 49 anos de idade concentram 68,4% da informalidade. (Mapeamento de Trabalho Informal no Brasil, 2022. p. 29)

Koralewski e Argenton (2021) argumentam que o neoliberalismo desloca os jovens de uma condição de sujeitos de direitos para a posição de “colaboradores”, cuja cidadania é permanentemente condicionada ao desempenho e à produtividade no mercado. Esse deslocamento não é meramente discursivo: trata-se de uma reconfiguração das formas de inserção social, na qual os direitos sociais, que antes eram entendidos como garantias universais, são reconfigurados como “oportunidades” individuais a serem conquistadas por meio do esforço pessoal. Nessa realidade, o jovem deixa de ser concebido como cidadão em processo de formação, e se torna empreendedor de si mesmo, responsabilizado absolutamente por seu sucesso ou fracasso. Essa lógica fundamentada na meritocracia funciona como mecanismo de legitimação da desigualdade: se alguns conseguem ascender, isso serviria de prova de que as condições para o êxito estariam igualmente

disponíveis a todos. No entanto, quando observamos a realidade concreta, o que enxergamos é a intensificação da privação de direitos, sobretudo no campo educacional e profissional. A escola, em vez de espaço de formação crítica e emancipatória, é reduzida à educação bancária, que tem a função de fornecer apenas competências técnicas mínimas para a empregabilidade, reproduzindo assim a lógica do mercado às metodologias educacionais.

Do mesmo modo, o trabalho juvenil é marcado por precarização estrutural: contratos temporários, informalidade, “bicos” e programas de estágio que servem mais como forma de exploração de mão de obra barata do que como preparação profissional. A promessa de autonomia e liberdade se converte em exigência de disponibilidade total, produzindo subjetividades fragmentadas, ansiosas e permanentemente inseguras. O jovem, nesse contexto, não projeta um futuro estável, mas administra riscos cotidianos em um presente volátil, evidência clara daquilo que Bauman (2021) denominou de “modernidade líquida”.

No Brasil, esse processo pesa ainda mais sobre a vida dos sujeitos, e revela de forma dura as desigualdades que já existiam. A juventude periférica e negra, além de enfrentar o desemprego e a precariedade, torna-se alvo preferencial das políticas repressivas que acompanham o liberalismo autoritário. Ou seja, enquanto se cobra dessa juventude “resiliência” e “espírito empreendedor”, o Estado oferece, em contrapartida, a militarização dos territórios populares, a criminalização das expressões culturais juvenis e a negação sistemática de direitos básicos. Essa contradição expõe a violência do neoliberalismo brasileiro: de um lado, a retórica da liberdade econômica; de outro, a contenção autoritária das populações que não se ajustam ao modelo.

4 REDES SOCIAIS E O FUTURO DA JUVENTUDE DEMOCRÁTICA

Esta seção dará continuidade às questões de cultura e socialização política entre os jovens. Nela, serão analisadas questões como redes sociais, democracia e desigualdade usando como base teórica referenciais bibliográficos de artigos como "Socialização política virtual: estudo de caso da influência das redes sociais na cultura política de jovens estudantes do distrito federal" (2019), escrito por Camila de Vasconcelos, Rodolfo Silva Marques e Bruno Conceição, e "O impacto das mídias digitais como agentes de socialização dos estudante de escolas públicas de Porto Alegre" (2021), escrito por Rodrigo Stumpf González e Alexander Dugno Chiodi. Tem-se como intuito buscar entender o processo de formação de uma cultura política e da socialização política entre os jovens, além dos impactos que as desigualdades sociais e das mídias digitais têm sobre esses indivíduos. Buscaremos entender o papel das mídias digitais na participação política juvenil e os impactos que a desigualdade de acesso à informação tem sobre a formação de valores e na cultura política jovem, estabelecendo uma comparação com instituições tradicionais como família, escola, mídia tradicional (TV e rádio) e pares, com também os novos meios de socialização, as mídias digitais (redes sociais).

4.1 Contrastes entre a socialização política digital e tradicional

González e Chiodi em seu artigo "O impacto das mídias sociais como agente de socialização dos estudantes das escolas públicas em Porto Alegre" (2021), apresentam dados importantes referentes ao processo de socialização política dos jovens, ao fazer uma diferenciação desses processos por parte daqueles que utilizam das mídias digitais com aqueles que utilizam as instituições tradicionais.

Sua coleta de dados tem como resultado que jovens socializados por mídias digitais indicam ser mais interessados em política e possuem uma maior identificação com o sistema democrático, considerando-o uma melhor opção de forma de governo dentre todas as outras, além de serem mais propensos a conversarem sobre política e a participarem ativamente de movimentos sociais políticos. Já os jovens socializados a partir das instituições tradicionais (família, instituições partidárias ou pares) tendem a ser mais apáticos em relação a questões políticas e são mais propensos a desconfiarem do regime democrático.

No entanto, mesmo que esses dois grupos possam ser distintos entre si, eles têm em comum a sua desconfiança para com as instituições políticas. Ideias como "todo político é corrupto" prevalecem em ambos os grupos. Isso faz com

que ambos os grupos socializem em maior ou menor grau entre si (González; Chiodi, 2021).

[...] o aumento ou manutenção da confiança interpessoal, acompanhada da redução da confiança institucional, pode ser um indicador de aumento de exigências dos cidadãos com o sistema democrático, [...] enquanto Moisés (2011) aponta que, no caso latino-americano, antes de representar um aumento de exigências, essa desconfiança poderia acarretar o fomento de um sentimento de antipolítica, apatia e descontentamento geral com o sistema democrático. (González; Chiodi, 2021, p 177-178)

Por mais que os jovens que participam ativamente de processos de socialização política no meio digital tenham tendências mais democráticas e maior interesse na política, a sua desconfiança para com as instituições políticas abre possibilidades para que sejam cooptados por discursos radicais que se passam por antissistêmicos no intuito de atrair aqueles que possuem um sentimento de desconfiança e insatisfação com as atuais instituições políticas.

4.2 Desigualdade Social e participação política

Como já ressaltado na seção anterior, a juventude brasileira, de modo geral, vem passando por uma crescente descrença nas instituições políticas e na democracia. Vasconcelos, Marques e Conceição em seu estudo sobre socialização política virtual (2019) fazem uma observação no que diz respeito à ligação entre socialização política e sua relação com o contexto socioeconômico. Neste estudo é identificado que

A desigualdade social e a econômica podem continuar delimitando a forma pela qual os jovens se relacionam com seus dramas e dilemas cotidianos, e até mesmo na forma como alcançam conteúdo político. (Vasconcelos, Marques e Conceição, 2019, p. 5).

A discussão sobre desigualdade social pode ser aprofundada a partir do conceito de *capital social* desenvolvido por Robert Putnam (2006), onde a qualidade da vida democrática depende da existência de redes de confiança, reciprocidade e cooperação entre os cidadãos. É determinado que, sociedades com maior capital social tendem a apresentar instituições mais eficientes e níveis mais elevados de participação política, enquanto sociedades marcadas pela desconfiança e pela fragmentação social produzem apatia, clientelismo e autoritarismo. Essa leitura pode ser utilizada para uma compreensão da sociedade brasileira, em que as desigualdades históricas, agravadas pelo avanço do neoliberalismo, comprometem a construção de vínculos comunitários e a confiança nas instituições, tendo como resultado a redução do engajamento cívico e o fortalecimento de comportamentos políticos individualizados e despolitizados, especialmente entre os jovens. Deste modo, a desigualdade não

apenas limita o acesso a direitos, mas também dissolve o capital social necessário à manutenção de uma cultura democrática, criando um terreno fértil para o crescimento de discursos antissistema e autoritários.

Rosana Katia Nazzari (2005) em seus estudos sobre a consolidação democrática brasileira utiliza o capital social em duas dimensões: a confiança interpessoal, baseada nas relações próximas, como família, amigos e vizinhos, e a confiança institucional, que se refere à confiança dos sujeitos em suas instituições políticas, econômicas e sociais. Estas duas dimensões complementadas promovem a solidariedade e asseguram a legitimidade do poder. No entanto, diferentemente de países desenvolvidos que possuem um nível mais elevado de confiança em suas instituições políticas e maior participação por parte dos jovens, quando esse conceito é observado em países subdesenvolvidos com uma grande taxa de desigualdade social é possível identificar uma barreira quando se trata da credibilidade das instituições políticas, pois essas instituições falham em suprir o básico a suas populações, assim, diminuindo o grau de confiança depositado nelas. Esta afirmação se complementa com o que foi dito por González e Chiodi, que afirmam que “Nas sociedades em que necessidades materiais de sobrevivência são sanadas, há o desenvolvimento de valores pós-materialistas.” (González; Chiodi, 2021, p. 163). Enfatiza-se, assim, a desigualdade social como um fator determinante de participação política da juventude.

Vasconcelos, Marques e Conceição (2019) realizaram um estudo sobre as redes de socialização e a ação política dos jovens do Distrito Federal e os seus entornos. Em dados encontrados nessa pesquisa, foi estabelecido que jovens que frequentam escolas particulares e com rendas mais elevadas possuem mais interesse em buscar debater ou participar de questões políticas quando em comparação com os jovens estudantes de escolas públicas e com baixa renda, que possuem menos interesse em relação à participação política, pois suas preocupações não estão atreladas à subjetividade dos discursos políticos e sim a questões mais materiais que os afetam diretamente, como emprego, comida e bens materiais (ou a falta deles). Proveniente de uma desigualdade de acesso à informação por parte das classes mais baixas, estas ficam mais vulneráveis à cooptação de discursos autoritários e antidemocratas.

[...] a condição econômica dos jovens estudantes –percebidos, em especial, entre os alunos com mais renda–, determina uma percepção mais favorável à questão da democracia, tanto quanto conceito

quanto também como modelo político. (Vasconcelos, Marques, Conceição, 2019, p.21)

Com o passar dos anos, movimentos de caráter autoritário e antidemocrata vêm fazendo uso da internet para a disseminação de suas ideias. Esse espaço digital possibilita uma certa “democratização” do discurso, tendo em vista que neles os receptores dos discursos agora são, também, comunicadores deles. No entanto, ele vem a se tornar um ambiente propício para a cooptação dessas ideias antidemocráticas.

Diante dos estudos apresentados neste capítulo, é possível concluir que o processo de socialização política dos jovens brasileiros está profundamente influenciado tanto pelas mídias digitais quanto pelas instituições tradicionais, embora de maneiras distintas. As mídias digitais têm se mostrado ferramentas potentes na formação de uma cultura política mais ativa, especialmente entre os jovens de classes sociais mais favorecidas, que possuem maior acesso à informação e aos espaços de debate virtual. Por outro lado, os jovens de classes populares, que enfrentam maiores dificuldades socioeconômicas, tendem a apresentar menor interesse e participação política, seja pela falta de acesso a recursos informacionais, seja pela prioridade dada às necessidades básicas de sobrevivência, sendo mais vulneráveis a discursos reacionários. Este fator escancara como a desigualdade social no Brasil impacta diretamente a construção da consciência política e a percepção sobre o funcionamento da democracia.

Apesar das diferenças nos processos de socialização, nota-se que tanto os jovens socializados pelas mídias digitais quanto aqueles influenciados pelas instituições tradicionais compartilham uma profunda desconfiança nas instituições políticas. Esse descrédito generalizado, embora por vezes leve a uma postura mais crítica e de cobrança, também pode fomentar sentimentos antidemocráticos.

4.3 Juventude digital e o avanço da extrema direita no espaço virtual

As transformações políticas e culturais das últimas décadas têm demonstrado como o neoliberalismo não apenas reorganizou a economia global, mas também reconfigurou subjetividades, vínculos sociais e afetos. O desmonte das garantias coletivas, a precarização do trabalho e o individualismo competitivo produziram uma geração marcada por sentimentos difusos de

fracasso, desamparo e desconfiança institucional. Esse ambiente emocional e moral é o solo fértil onde a extrema direita contemporânea tem cultivado sua base social, especialmente entre os jovens nativos digitais.

Para Jessé Souza (2024), o neoliberalismo não é apenas um regime econômico: é uma ordem moral que redefine o sentido do sucesso e do fracasso. A ideologia meritocrática convence o indivíduo de que o lugar que ocupa na sociedade é fruto exclusivo de seu esforço, apagando qualquer referência às estruturas históricas de desigualdade. Desse modo, a pobreza e a exclusão deixam de ser uma deficiência do Estado para com seus cidadãos e passam a ser estabelecidas como culpa pessoal. O sujeito neoliberal é constantemente comparado, avaliado e dito como insuficiente. Ele vive o fim das antigas formas de organização social e do trabalho (sindicatos, movimentos coletivos, comunidade) e se depara sozinho em meio a um mercado que o delimita pelo seu desempenho. A consequência disso é a formação de uma subjetividade marcada pelo ressentimento e pela busca desesperada de reconhecimento. Esse ressentimento, que poderia se traduzir em uma tomada de consciência sobre o sistema que o opõe, é revertido ideologicamente pela extrema direita, que oferece uma explicação moral para o sofrimento. O inimigo deixa de ser o capital ou o Estado neoliberal e passa a ser “o outro”: o feminismo, o comunismo, a esquerda, o politicamente correto, o imigrante, o negro, o pobre. O ódio político, nesse contexto, é a forma invertida de buscar dignidade.

João Victor Barbosa Ferreira (2023) mostra como essa condição é vivida e instrumentalizada nos espaços digitais, sobretudo nas comunidades gamers. Sua dissertação, resultado de três anos de etnografia no Discord, revela como a extrema direita opera na internet a partir de uma lógica sofisticada de comunicação simbólica, humor e pertencimento. Ferreira argumenta que o neoliberalismo, ao destruir os espaços coletivos e gerar um sentimento difuso de desencaixe, impulsionou jovens a buscarem refúgio em comunidades virtuais. Nessas comunidades, compostas por gamers, geeks e jovens hiperconectados, há um intenso compartilhamento de símbolos, memes e linguagens que criam uma identidade coletiva alternativa, onde esses jovens encontram reconhecimento, amizade e um senso de grupo.

Sua pesquisa demonstra que estes espaços se tornam portas de entrada para a radicalização política, pois neles circulam discursos reacionários

disfarçados de ironia e entretenimento. Através do que denomina “ativismo criptografado”, Ferreira identifica uma rede de produção e difusão de conteúdo extremista mascarado sob uma estética lúdica e humorística. Memes racistas, piadas misóginas e referências pseudofilosóficas (como por exemplo o movimento “redpill”⁴) funcionam como códigos iniciáticos, compreendidos apenas por quem “faz parte”. Esses elementos, aparentemente banais, cumprem uma função crucial: transformar o ressentimento em identidade. O jovem isolado encontra um grupo que o entende, que compartilha sua raiva e oferece respostas simples para suas frustrações. É a política convertida em subcultura, uma comunidade afetiva do ódio que substitui o vazio emocional deixado pelo individualismo neoliberal.

Tanto Souza quanto Ferreira identificam que o motor da extrema direita é a criação de fronteiras morais. O “nós” é construído em oposição ao “eles”, e essa clivagem emocional é reforçada pelos algoritmos das plataformas, que recompensam engajamento e polarização. Nas comunidades analisadas por Ferreira, o “nós” é formado por jovens “antissistema”, “livres” e “politicamente incorretos”, enquanto o “eles” são os “progressistas”, os “lacradores” e todos que representam o establishment cultural. Essa divisão moral permite que a extrema direita transforme o ressentimento em militância, convertendo a raiva individual em uma narrativa épica de luta cultural. Jessé Souza mostra que esse mecanismo tem raízes profundas: ele é a nova roupagem do velho moralismo das elites, que historicamente dividiram o povo brasileiro entre “bons trabalhadores” e “vagabundos”, “cidadãos de bem” e “marginais”. O neoliberalismo, ao eliminar as mediações coletivas e privatizar a vida, torna essa guerra moral ainda mais eficaz. O inimigo agora é simbólico, o “comunista”, o “feminista”, o “intelectual”, e sua destruição é apresentada como catarse.

⁴ O movimento Redpill articula-se a um conjunto de valores e papéis de gênero herdados de contextos históricos e ideológicos que legitimaram, ao longo do tempo, a ideia de “superioridade masculina”. Assim, pode ser interpretado como uma manifestação de nostalgia por períodos em que o poder masculino era amplamente dominante, configurando-se, portanto, como um contramovimento ao feminismo. Ao reivindicar a restauração de padrões, costumes e ideais já superados pelas transformações sociopolíticas impulsionadas pelo feminismo, o Redpill revela sua incompatibilidade com as demandas contemporâneas de igualdade de gênero. (Arduino; Chagas; Toledo, 2024)

5 ANÁLISE DA CULTURA POLÍTICA JUVENIL

Este capítulo marca a transição entre a discussão teórica e a investigação empírica deste trabalho, trazendo à tona as evidências concretas que permitem compreender como a Geração Z vem respondendo às transformações políticas e sociais discutidas anteriormente. Aqui, deixamos o plano das conceituações para mergulhar nos dados reais que revelam atitudes, preferências e tendências dos jovens brasileiros. Utilizamos como base principal os dados do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro) das edições de 2018 e 2022, com faixa etária de 15 a 25 anos para uma análise comparativa como os dados coletados entre os anos e aos demais faixa etárias (26 a 36 anos e Acima de 36 anos). A escolha desses dois momentos eleitorais não foi aleatória: eles representam contextos políticos bastante distintos que, quando comparados, nos permitem visualizar mudanças importantes no pensamento político juvenil. O recorte de 15 a 25 anos busca isolar o que se convencionou chamar de Geração Z, indivíduos que, em sua grande maioria, realizaram seus primeiros processos de socialização política em um ambiente marcado pela pós-redemocratização consolidada, pela expansão digital e pela crise econômica e política iniciada em meados dos anos 2010. São, portanto, o objeto central de investigação desta pesquisa, representando a geração socializada no "nível mais avançado" das transformações político-econômicas discutidas nos capítulos teóricos.

A faixa de 26 a 36 anos como grupo de comparação é fundamental porque isola aqueles que eram jovens-adultos durante os eventos de 2015-2016. O impeachment de Dilma não foi para eles um espetáculo distante, mas uma traumática desilusão, uma ruptura violenta de suas expectativas. Eles foram a geração das jornadas de junho de 2013, um momento de explosão de esperanças que rapidamente se transformou em crise. Esta experiência os tornou mais cínicos e descrentes do que os mais jovens, pois testemunharam a promessa ser quebrada. A faixa etária acima de 36 anos é colocada como um grupo de controle ou referência, agregando adultos e a população mais velha. Inclui indivíduos socializados politicamente em contextos radicalmente diferentes: durante a Ditadura Militar, a redemocratização nos anos 80 ou a estabilização econômica nos anos 90. Este grupo tende a ter visões políticas mais consolidadas e uma relação historicamente construída com as instituições.

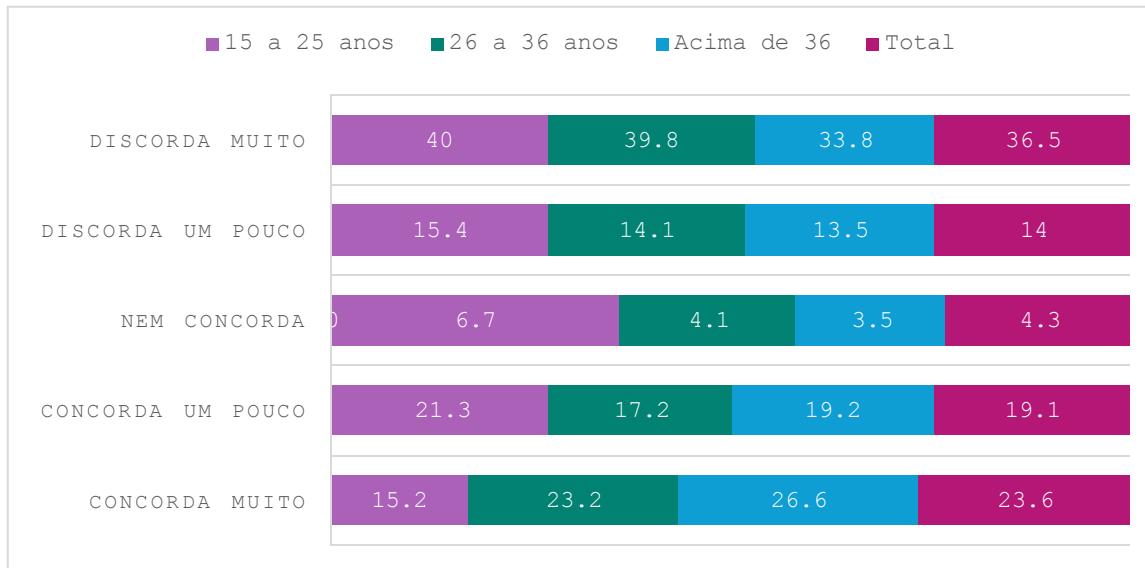
Nosso objetivo é analisar três aspectos fundamentais que dialogam diretamente com os capítulos teóricos: primeiro, examinar o apoio dos jovens à democracia como sistema político; segundo, investigar sua abertura a lideranças autoritárias; e terceiro, mapear seus níveis de confiança nas principais instituições - desde aquelas tradicionalmente ligadas à democracia, como partidos e Congresso, até as que representam valores hierárquicos e morais, como Forças Armadas e igrejas. Ao cruzar sistematicamente essas informações com a variável idade, buscamos não apenas descrever o que pensam os jovens hoje, mas principalmente entender como sua socialização política em tempos de neoliberalismo avançado e transformação digital vem moldando visões de mundo que, como veremos, frequentemente desafiam noções estabelecidas sobre o futuro da democracia no país.

5.1 Tendência ao Autoritarismo

Como fundamentado teoricamente, o autoritarismo não se resume a um regime de governo, mas constitui um modo de subjetivação política que naturaliza a obediência, o militarismo e a repressão como meios legítimos para garantir a ordem (Souza e Gallo, 2014). A abertura a um "líder forte" que transcende as regras democráticas é a manifestação prática desse ethos, que, longe de ser uma relíquia do passado, projeta-se como um legado cultural atuante na sociedade brasileira.

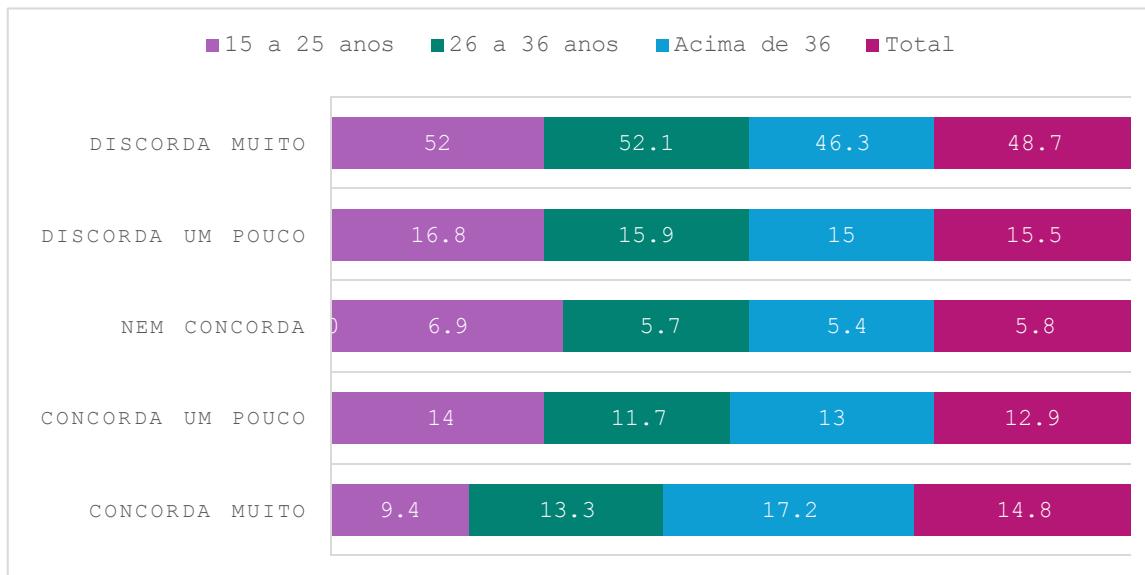
Este dado do ESEB permite investigar em que medida esse legado encontra ressonância na Geração Z. A hipótese, construída a partir da teoria, é que a combinação desse substrato autoritário, da socialização digital fragmentada e da precarização neoliberal da vida (discutidas nos capítulos anteriores) cria um terreno fértil para a sedução por lideranças que se apresentam como a antítese de um sistema considerado corrupto e ineficiente.

Gráficos 1 e 2 - Ter um líder forte é bom para o Brasil mesmo que ele não cumpra as regras 2018 e 2022 (%)



n = 2506

Fonte: ESEB 2018



n = 2001

Fonte: ESEB 2022

Os dados analisados confirmam uma certa abertura dos jovens a lideranças autoritárias, que flutua de acordo com o cenário político-eleitoral. O pico de 2018, quando 36,5% dos jovens entre 15 e 25 anos concordavam muito ou parcialmente com a ideia de um líder que não cumpre regras, espelha o clima da eleição daquele ano: um cenário de forte crise econômica e institucional, desgaste dos partidos tradicionais e a ascensão de uma campanha presidencial

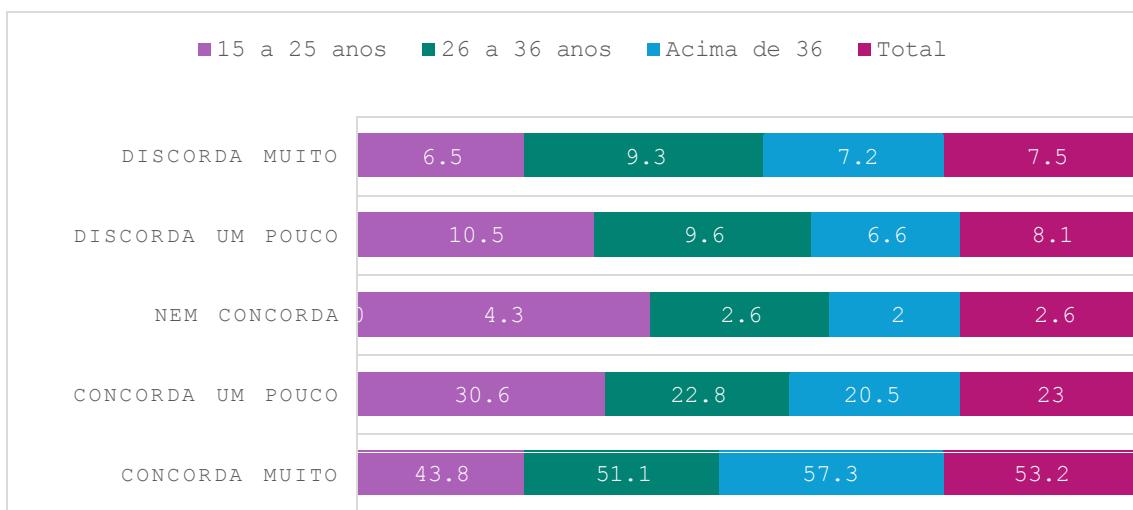
que se alimentava justamente de um discurso antissistema, antipolítico e de exaltação a um "homem forte", prometendo "arrumar o Brasil" mesmo que para isso fosse necessário romper com as normas estabelecidas.

A queda desse índice em 2022 (23%) reflete um contexto eleitoral distinto. Após quatro anos de governo Bolsonaro, os jovens testemunharam na prática os riscos e a instabilidade de uma liderança que flerta abertamente com a quebra de regras, culminando nos ataques de 8 de janeiro de 2023. Assim, pode -se interpretar que eleição de 2022 funcionou como um voto negado sobre o autoritarismo, fazendo com que parte da juventude reconsiderasse o apoio a esse tipo de proposta, ainda que uma parcela significativa permaneça aberta à ideia. Essa oscilação revela que a "sede por um líder forte" não é um valor consolidado, mas um sintoma da descrença institucional que pode ser acionado ou atenuado pelo contexto político. É importante ressaltar que apesar de uma porcentagem relativamente alta, seus percentuais ainda são menores que os das demais faixas etárias, o que mostra que essa abertura ao autoritarismo não é um "problema juvenil", mas um traço distribuído pela sociedade como um todo. Em 2018, enquanto os jovens marcaram 36,5%, os adultos de 26 a 36 anos chegaram a 40,4%, e a faixa acima de 36 anos chega à índices de 45,5%, superiores as duas outras faixas etárias. Isso revela que, o apoio a soluções autoritárias está enraizado de forma mais ampla na cultura política brasileira atravessando gerações e refletindo uma desconfiança estrutural nas instituições democráticas. Os dados evidenciam como os legados frágeis do processo de redemocratização, marcado pela ausência de ruptura com estruturas autoritárias e pela permanência de desconfiança nas instituições, continuam moldando todas as gerações, e não apenas os jovens.

5.2 Apoio à democracia

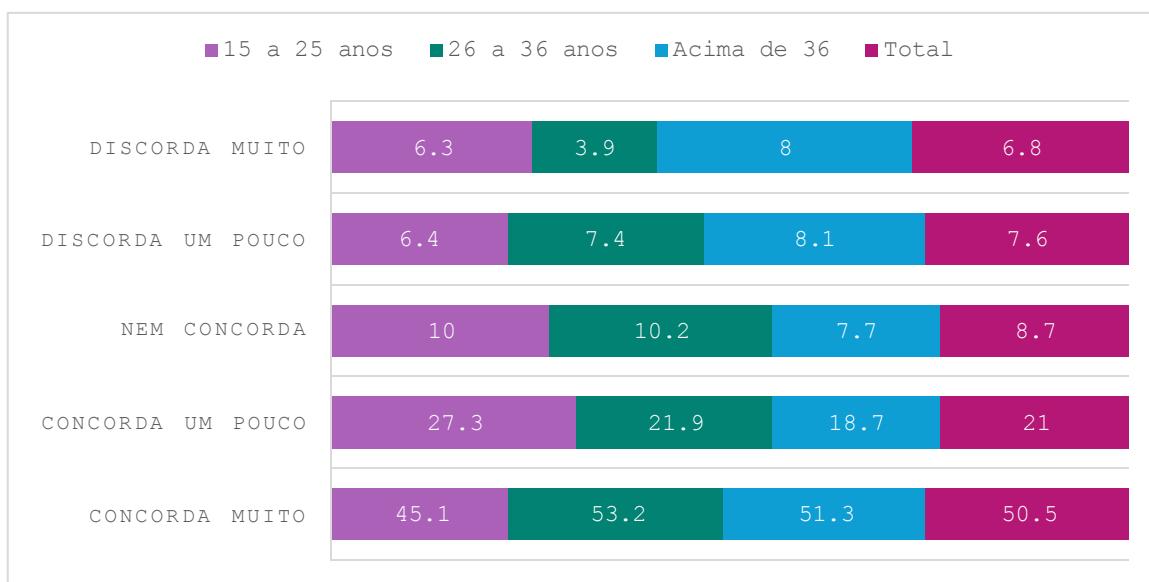
A análise do indicador "A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo" serve como um contraponto fundamental para compreender o paradoxo que define a cultura política da juventude brasileira, tema central discutido no capítulo "Juventude e a democracia brasileira". Como teorizado por Baquero (2006), a democracia inercial caracteriza-se por um apoio abstrato e frágil ao regime democrático, que coexiste com uma profunda desconfiança em suas instituições e uma predisposição a considerar alternativas autoritárias em contextos de crise.

Gráficos 3 e 4 – A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo 2018 e 2022 (%)



n = 2506

Fonte: ESEB 2018



n = 2001

Fonte: ESEB 2022

Os dados analisados sobre o apoio à democracia revelam um cenário complexo e profundamente alinhado com o conceito de democracia inercial. O fato de, em 2018, apenas 43,8% dos jovens (15-25 anos) concordarem muito com a superioridade da democracia, um percentual abaixo das demais faixa etárias analisadas (de 26 a 36 anos de 53,2% e Acima de 36 de 51,3%), é um indicativo relativamente alarmante. Este cenário refletia o clima político

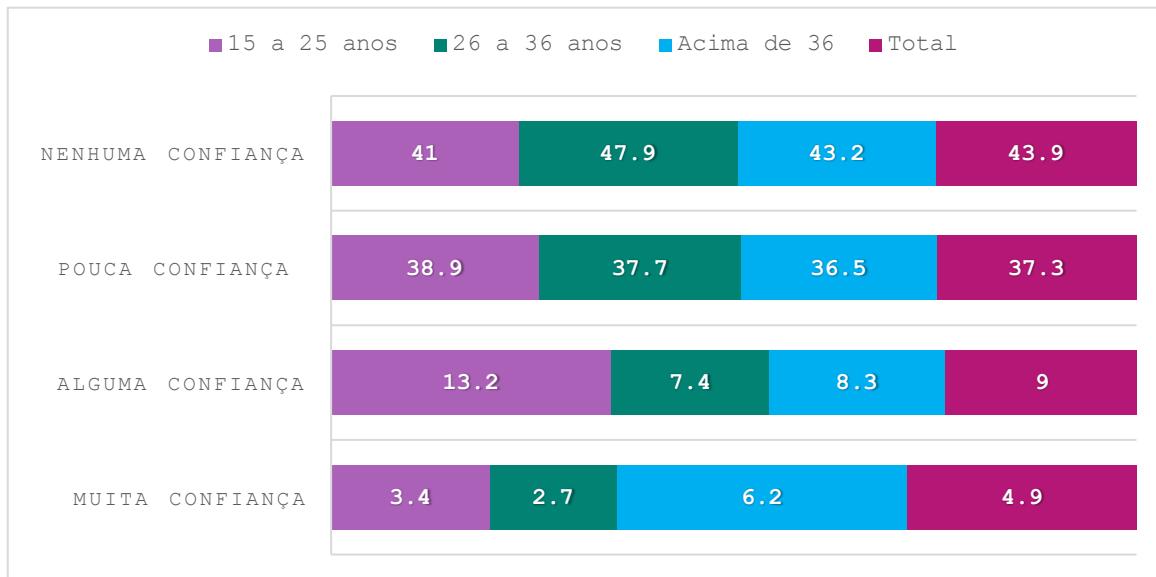
daquele ano eleitoral: um profundo desencanto com a política tradicional, exacerbado pela crise econômica pós-2014 e pelos desdobramentos da Operação Lava Jato, que criaram um ambiente fértil para discursos que questionavam a própria utilidade do regime democrático. A recuperação do índice para 45,1% em 2022 pode, assim como a análise anterior, ser lida como uma reação aos quatro anos de gestão de Jair Bolsonaro. No entanto, o percentual permanece baixo, indicando que o apoio ainda não é tão forte, mas sim instrumental e condicional. Portanto, conclui-se que o perfil da Geração Z em relação à democracia é o retrato perfeito da inercialidade apontada por Baquero. Seu apoio ainda coexiste com uma significativa abertura a alternativas autoritárias, conforme demonstrado pela análise anterior.

É importante estabelecer que na análise desta tabela, os percentuais relacionados a concorda um pouco (30,6% em 2018 e 27,3% em 2022), podem ser lidos como uma certa insegurança por parte dos entrevistados com relação à democracia. Neles estão as parcelas da população que, por não acreditarem fortemente no meio democrático como o mais seguro, estão mais expostas a serem cooptadas por discursos antidemocráticos. Este quadro confirma que a adesão jovem à democracia é frágil e depende diretamente da capacidade do sistema em se mostrar eficaz e legítimo. A combinação entre um legado autoritário nunca superado e uma socialização neoliberal que incentiva soluções individuais e despreza a política coletiva (Koralewski & Argenton, 2021) cria uma base instável para a cultura democrática.

5.3 Confiança nas instituições

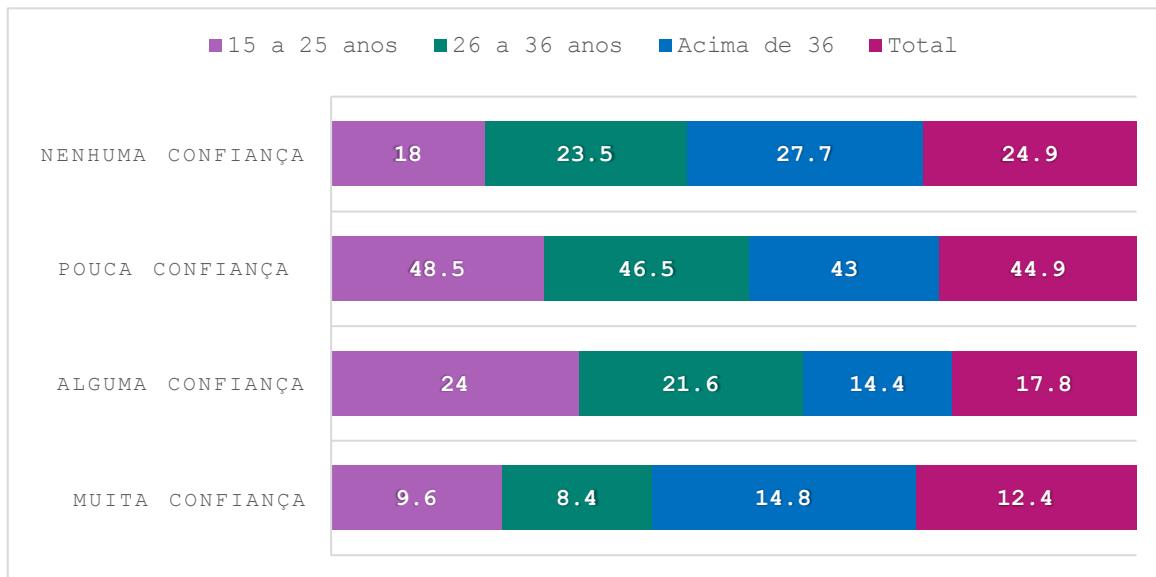
A análise da confiança em instituições-chave (Congresso, Governo Federal, Judiciário, Partidos Políticos, Igreja Evangélica e Forças Armadas) é central para compreender a crise de legitimidade democrática discutida ao longo desta monografia. Como abordado nos capítulos sobre cultura política e socialização, a confiança institucional funciona como um termômetro do vínculo entre cidadãos e o sistema político. Os dados permitem mapear não apenas o grau de descrença da Geração Z, mas também identificar em quais instituições os jovens ainda depositam alguma fé, revelando pistas sobre os valores e a visão de ordem que permeiam essa geração.

Gráficos 5 e 6 – Confiança nas instituições: Congresso Nacional 2018 e 2022 (%)



n = 2506

Fonte: ESEB 2018



n = 1933

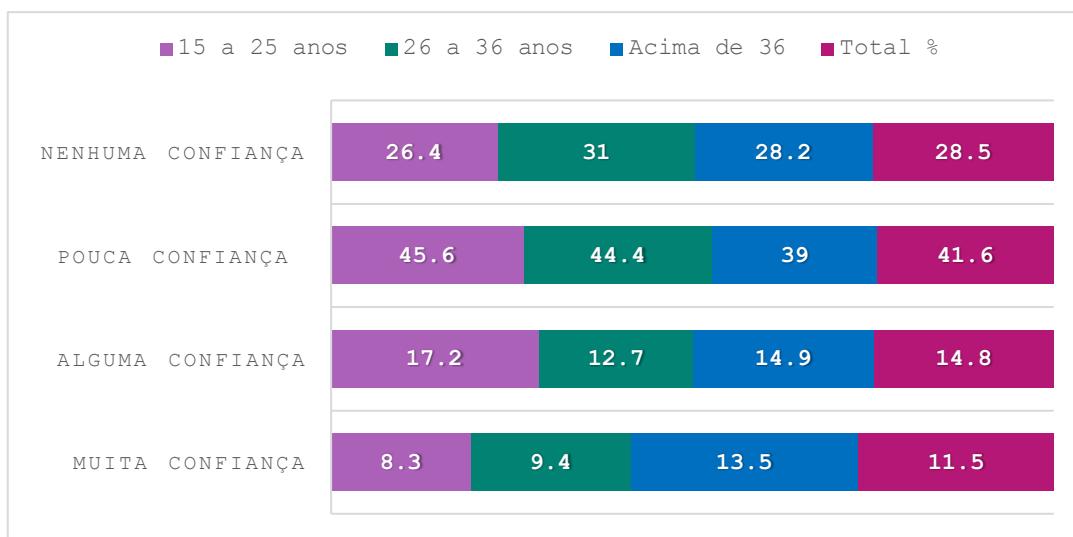
Fonte: ESEB 2022

Os dados de 2018 e 2022 mostram que a desconfiança no Congresso Nacional é alta em todas as faixas etárias, mas segue trajetórias diferentes ao longo do tempo. Em 2018, prevalecia a rejeição intensa: 41% dos jovens de 15

a 25 anos diziam ter “nenhuma confiança”, enquanto esse número era ainda maior entre os adultos de 26 a 36 anos (47,9%) e também elevado entre aqueles acima de 36 anos (43,2%). Já em 2022, embora a desconfiança absoluta diminua, ela continua distribuída de forma desigual: os jovens passam a 18% de “nenhuma confiança”, mas as faixas de 26 a 36 anos (23,5%) e acima de 36 anos (27,7%) seguem mais céticas, indicando que, mesmo com a redução geral da descrença, os mais novos não são os mais antipolítica; na verdade, as gerações mais velhas permanecem mais desconfiadas. Ao mesmo tempo, a migração das três faixas para o campo de “pouca confiança”, com percentuais acima de 40% em todas, mostra que a confiança plena não se consolidou em nenhum grupo etário. Comparando os anos e as idades, o quadro revela uma sociedade que oscila na intensidade, mas não no padrão: a desconfiança é estrutural e compartilhada por todas as gerações, reforçando a lógica da democracia inercial e os efeitos duradouros de uma redemocratização que não conseguiu restaurar plenamente a legitimidade do Congresso.

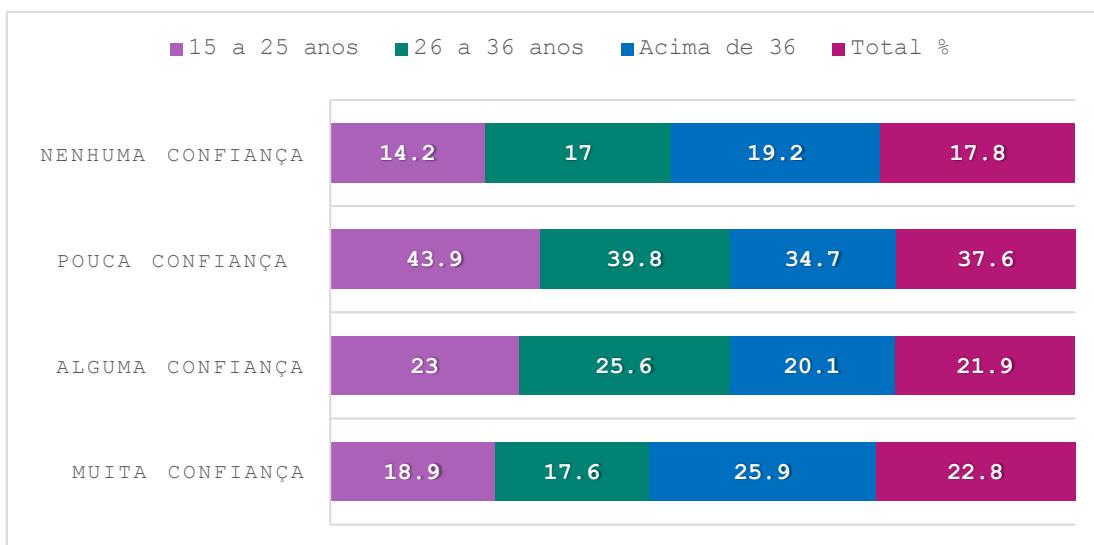
Os dados revelam uma desconfiança estrutural e massiva no Congresso Nacional entre os jovens. Esses números demonstram a crise de representação discutida nos capítulos teóricos: o Congresso é visto como a encarnação de uma "classe política" distante, que não trabalha pelos interesses da população. A leve recuperação em 2022 parece menos um voto de confiança e mais um posicionamento ao contexto de polarização aguda. A PEC da Blindagem (PEC 3/2021), proposta que amplia as prerrogativas e imunidades parlamentares, é um exemplo claro destes dados. Para grande parte da opinião pública, iniciativas desse tipo aprofundam a distância entre representantes e representados, pois são percebidas como tentativas de autoproteção da classe política.

Gráficos 7 e 8 - Confiança nas instituições: Governo Federal 2018 e 2022 (%)



n = 2506

Fonte: ESEB 2018



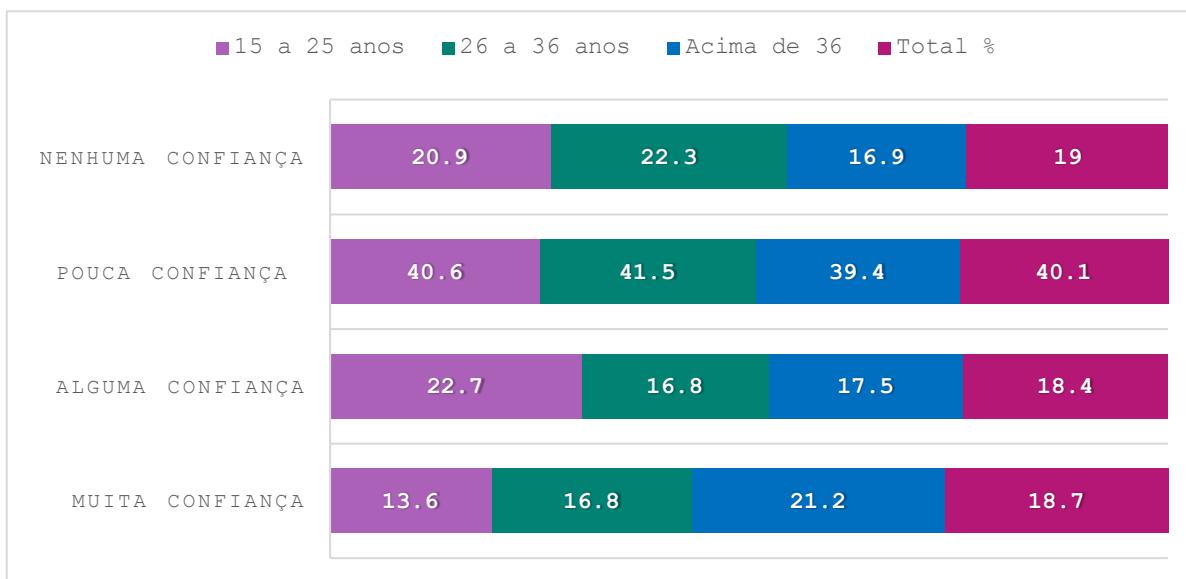
n = 1970

Fonte: ESEB 2022

A confiança no Governo Federal mostra uma variação significativa entre 2018 e 2022, estes dados refletem o caráter contextual desse apoio. Em 2018 há um retrato de descrença generalizada, consolidando o fim de um ciclo político. No governo de Michel Temer, a soma de "Pouca" e "Nenhuma confiança" no Governo Federal atingiu patamares de 72% entre os jovens de 15 a 25

anos e 75,4% entre os adultos de 26 a 36 anos. O cenário era do ápice do desgaste dos arranjos políticos pós-impeachment, acarretando um vácuo de legitimidade que seria explorado por discursos antissistema. A mudança em 2022 pode ser lida como ambígua. A confiança agregada aumenta significativamente: a soma de "Muita" e "Alguma confiança" salta de 25,5% para 41,9% entre os mais jovens (15-25) e de 22,1% para 43,2% entre os adultos de 26 a 36 anos. No entanto, longe de significar uma reconciliação com a instituição "Governo Federal", este movimento reflete a polarização da confiança política.

Gráficos 9 e 10 - Confiança nas instituições: Judiciário 2018 e 2022 (%)



n = 2506

Fonte: ESEB 2018



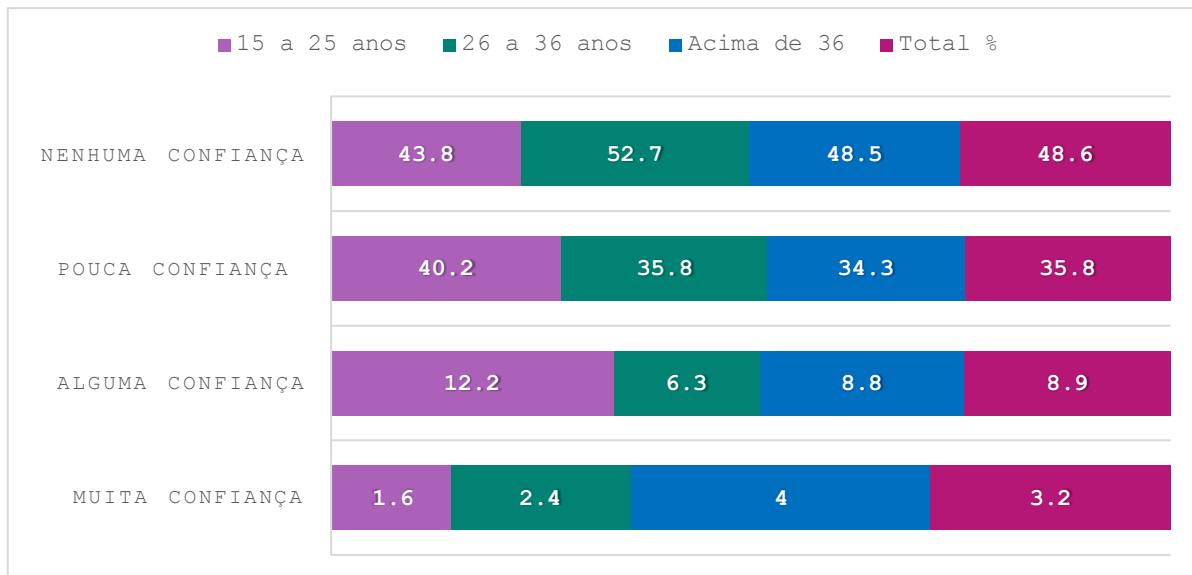
n = 1975

Fonte: ESEB 2022

O Judiciário apresenta uma trajetória de desgaste progressivo entre os jovens. De uma posição de relativa credibilidade durante o auge da Lava Jato, a instituição viu sua imagem se deteriorar à medida que suas decisões foram sendo percebidas como politizadas e seletivas. Os dados capturam esse processo de desencantamento: a confiança moderada, mas em declínio reflete o reconhecimento de que mesmo o "poder neutro" da República não escapa às crises de legitimidade que afetam o sistema como um todo. Essa desilusão é particularmente significativa porque priva o sistema democrático de um dos seus últimos potenciais árbitros socialmente reconhecidos. O Judiciário, embora seja visto como guardião da Constituição, também é percebido como lento, distante e seletivo, o que enfraquece seu papel simbólico de garantidor da justiça e da igualdade perante a lei.

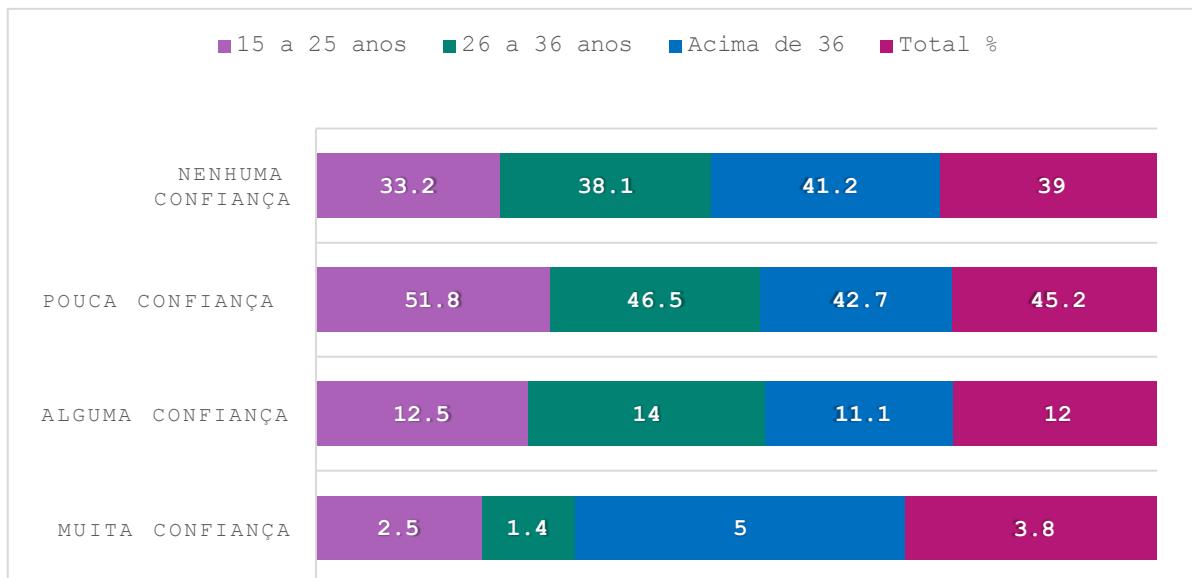
Entre 2018 e 2022 a confiança no Judiciário segue baixa, porém com mudanças entre as faixas etárias. Em 2018, a maioria dos três grupos se concentrava em "pouca confiança", com percentuais muito próximos, 40,6% entre os jovens, 41,5% nos adultos de 26 à 36 e 39,4% entre os acima de 36, indicando um ceticismo distribuído de forma relativamente homogênea. Em 2022, esse padrão permanece, mas com leve queda entre os adultos e aumento entre os mais velhos, que passam a 40,6%. Já a desconfiança intensa diminui entre os jovens, caindo de 20,9% para 11,7%, enquanto cresce moderadamente nas outras idades (de 16,9% para 19,2% entre os acima de 36), "alguma confiança" aumentou em todas as faixas, especialmente entre os jovens, que saltam de 22,7% para 31,9%, e a confiança alta ("muita confiança") segue maior entre os mais velhos, indo de 21,2% para 21,7%. No conjunto, a comparação mostra que o Judiciário continua sendo visto com ambivalência por todas as gerações: os mais jovens tornam-se menos desconfiados e mais equilibrados, enquanto as faixas adultas e mais velhas permanecem divididas entre pouca e alguma confiança. Esse alinhamento mostra que, apesar das variações, a relação com o Judiciário permanece estruturalmente frágil em todas as idades.

Gráficos 11 e 12 - Confiança nas instituições: Partidos Políticos 2018 e 2022 (%)



n = 2506

Fonte: ESEB 2018



n = 1980

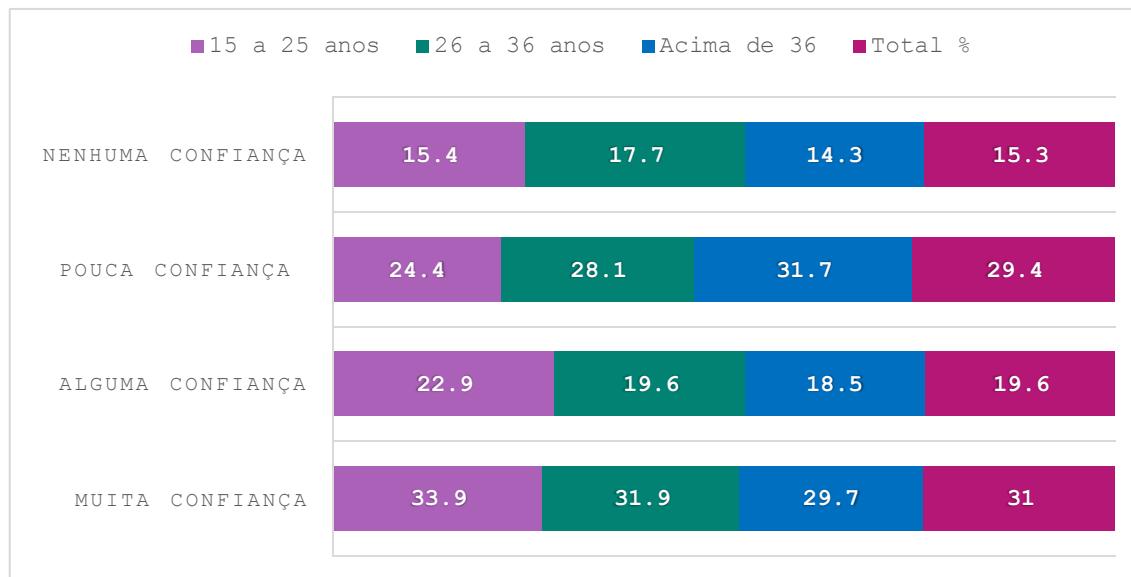
Fonte: ESEB 2022

A análise dos dados sobre confiança nos partidos políticos demonstra uma descrença estrutural e majoritária em todas as faixas etárias, com leve alteração entre 2018 e 2022. Em 2018 “nenhuma confiança” atinge 43,8% dos jovens (15–25 anos), 52,7% dos adultos (26–36) e 48,5% dos acima de 36 anos.

Em 2022, esses índices caíram para 33,2%, 38,1% e 41,2%, respectivamente, com aumento correspondente na categoria “pouca confiança”. A confiança positiva (“alguma” ou “muita”) permaneceu residual, abaixo de 10% em todos os grupos. Essa migração da rejeição extrema para a desconfiança moderada não indica recuperação da legitimidade partidária, mas revela uma crise de representação profunda e transversal, que alimenta a antipolítica e a abertura a lideranças antissistema, especialmente entre a Geração Z.

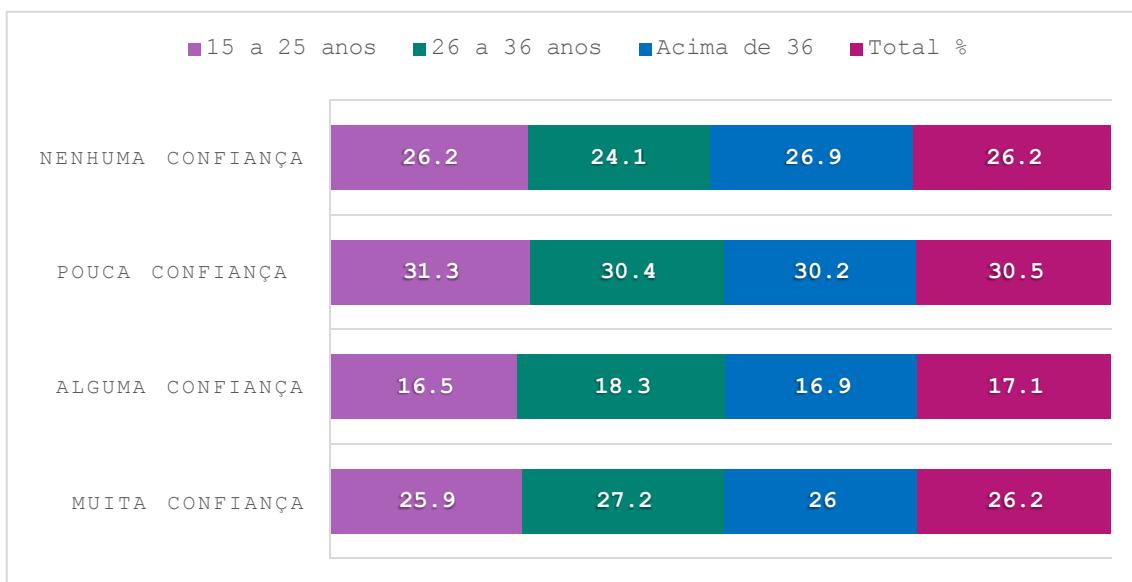
Os partidos aparecem como as instituições mais deslegitimadas, confirmando a crise de representação que alimenta o fenômeno da democracia inercial. Esta rejeição pode explicar por que movimentos que se apresentam como “antipartido” encontram terreno fértil entre os jovens, especialmente quando associam os partidos tradicionais à corrupção e à ineficiência. Assim, os dados não são apenas um retrato da desconfiança, mas a materialização empírica do processo teórico descrito: uma juventude formada sob o neoliberalismo e socializada digitalmente, que rejeita as mediações políticas tradicionais e se mostra vulnerável a projetos autoritários que prometem ordem e eficiência em substituição à democracia pluralista.

Gráficos 13 e 14 – Confiança nas instituições: Igreja Evangélica 2018 e 2022 (%)



n = 2506

Fonte: ESEB 2018



n = 1960

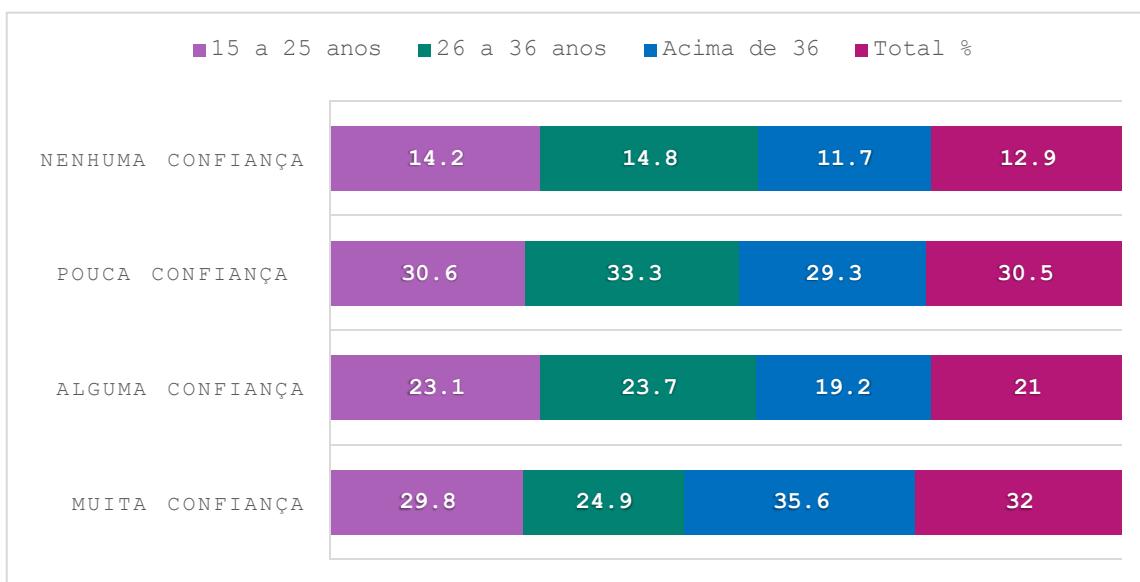
Fonte: ESEB 2022

Os resultados sobre a confiança na Igreja Evangélica entre os jovens revelam um dado significativo, porém menos expressivo do que se poderia esperar. Apesar de ser uma das instituições mais confiáveis, com cerca de 25,9% dos jovens depositando “muita confiança” em 2022, esse percentual não atinge um patamar majoritário, e diferente do esperado, é inferior ao percentual obtido nos anos de 2018 de 33,9% indicando limites na penetração do conservadorismo religioso como âncora identitária única. A queda significativa no índice de “muita confiança” entre os jovens de 15 a 25 anos, de 33,9% em 2018 para 25,9% em 2022, pode ser interpretado a partir de dois processos interligados: a hiperpolitização da instituição e os limites intrínsecos do conservadorismo religioso como âncora identitária única para a Geração Z.

A comparação entre faixas etárias revela uma clivagem geracional na confiança na Igreja Evangélica: enquanto os jovens (15–25 anos) reduziram significativamente sua confiança (“muita confiança” caiu 8 pontos percentuais entre 2018 e 2022), os adultos jovens de 26 a 36 anos mantiveram índices estáveis (de 27,2% para 27,6% de “muita confiança”) e os acima de 36 anos aumentaram sua adesão (de 31,3% para 33,6%). Essa divergência ilustra os limites da instituição como referência identitária única para a Geração Z, cuja socialização digital e exposição à hiperpolitização das igrejas durante o governo Bolsonaro geraram desgaste, contrastando com a estabilidade ou reforço do vínculo entre as gerações mais velhas, para quem a igreja segue funcionando

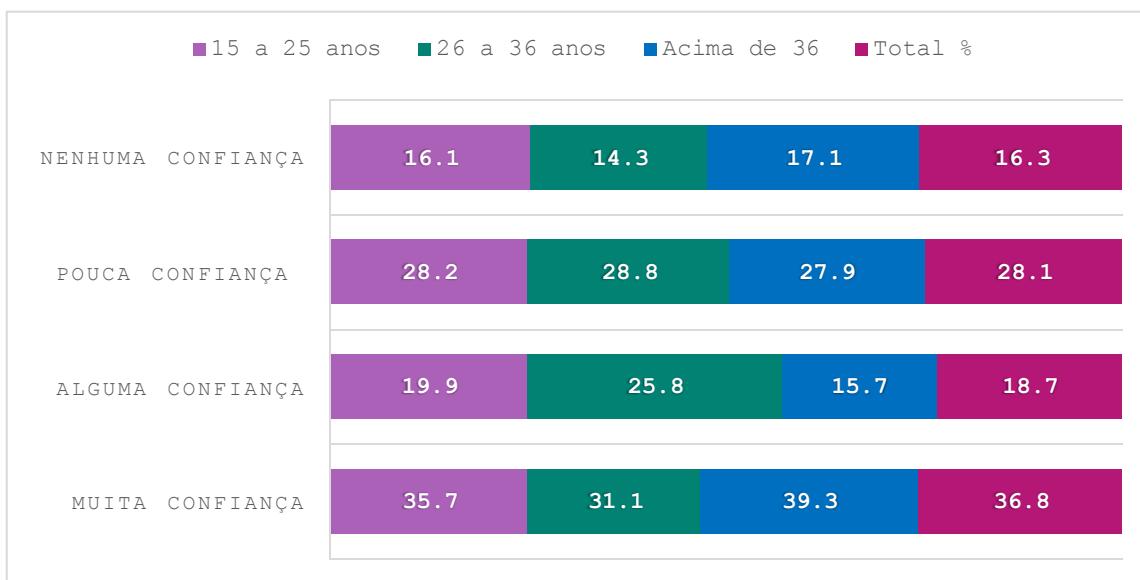
como âncora comunitária e moral no contexto conservador. No entanto, a queda da confiança na Igreja Evangélica entre os jovens não significa rejeição aos valores conservadores, mas sim uma relação mais seletiva e crítica com as instituições que os representam, fruto de uma socialização digitalizada e de um contexto de politização explícita das igrejas. Isso dialoga com a tese do liberalismo autoritário: os jovens podem apoiar pautas morais conservadoras e soluções autoritárias sem depender da mediação institucional religiosa tradicional.

Gráficos 15 e 16 – Confiança nas instituições: Forças armadas/militares 2018 e 2022 (%)



n = 2506

Fonte: ESEB 2018



n = 1982

Fonte: ESEB 2022

A análise da confiança nas Forças Armadas entre 2018 e 2022 revela um cenário de alta e crescente legitimidade, especialmente entre os jovens, contrastando fortemente com a desconfiança generalizada nas instituições políticas. Entre a Geração Z (15–25 anos), “muita confiança” subiu de 29,8% em 2018 para 35,7% em 2022, obtendo o maior entre todas as faixas etárias. Os a faixa etária de 26 a 36 anos segue o mesmo caminho e elevaram sua confiança (de 28,7% para 31,7%), enquanto os acima de 36 anos mantiveram patamares altos e estáveis (cerca de 34%). A desconfiança extrema (“nenhuma confiança”) permaneceu baixa em todos os grupos, abaixo de 20% em 2022.

A alta confiança nas Forças Armadas entre a Geração Z, superior inclusive à confiança na Igreja Evangélica em 2022, indica que valores como ordem, hierarquia e disciplina ressoam profundamente numa juventude socializada em contexto de crise institucional e descrença na política representativa. Isso dialoga com o conceito de democracia inercial, pois mostra que o apoio ao regime convive com a valorização de instituições não democráticas, e com a análise da socialização digital, já que as narrativas de exaltação das Forças Armadas como guardiãs da pátria e da moralidade circularam intensamente nas redes sociais durante o governo Bolsonaro. A confiança nas Forças Armadas emerge, assim, como um pilar central do liberalismo autoritário em gestação: uma adesão à ordem hierárquica e à segurança, em detrimento da pluralidade e da deliberação democráticas.

O mapa da confiança institucional desenhado pelos jovens da Geração Z é revelador: de um lado, a descrença absoluta nas instituições políticas representativas (Congresso, Partidos); de outro, a adesão a instituições hierárquicas e moralizantes (Forças Armadas, Igreja Evangélica). Esse perfil espelha com precisão o caráter do liberalismo autoritário em ascensão: uma combinação de desprezo pela política deliberativa com nostalgia por ordens verticalizadas que prometem segurança e estabilidade. A confiança nas Forças Armadas e na Igreja Evangélica indica que, para uma parcela significativa da juventude, a solução para a crise não passa pelo aprofundamento da democracia, mas por uma restauração da autoridade, seja ela militar ou moral.

Assim, a crise de confiança não significa uma rejeição a toda forma de ordem, ela vai além, representando uma mudança de eixo: os jovens não confiam na democracia representativa, mas seguem abertos a modelos alternativos de poder, notadamente aqueles alinhados ao ideário conservador e autoritário que encontra nas Forças Armadas e nos valores religiosos seus pilares de sustentação. Esse cenário acende um alerta: a desconexão jovem com a política institucional não os afasta da política; pelo contrário, os direciona para projetos que podem minar a própria democracia a partir de dentro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa partiu de uma questão central: como a ascensão da extrema direita e do neoliberalismo está afetando os jovens brasileiros da Geração Z? A jornada de investigação, que transitou pela teoria política e pela análise empírica, permitiu não apenas responder a esse questionamento, mas também desvendar os mecanismos intricados que conectam a transformação econômica, a socialização digital e a formação de uma cultura política reacionária. A análise dos dados do ESEB (2018 e 2022) confirmou de forma contundente as hipóteses levantadas nos capítulos teóricos. Os números não são meras abstrações estatísticas; eles são o retrato falado de uma geração em crise. A significativa abertura a líderes fortes que dispensam as regras democráticas, especialmente em 2018, é a materialização do descontentamento e da busca por atalhos autoritários em um cenário de profunda descrença. Esse dado dialoga diretamente com a noção de democracia inercial, na qual o apoio ao regime é superficial e cede facilmente diante de promessas de ordem e eficiência.

A rejeição massiva ao Congresso e aos Partidos Políticos evidencia o colapso da relação de representação, enquanto a confiança relativamente alta nas Forças Armadas e na Igreja Evangélica aponta para a busca por âncoras em instituições que oferecem hierarquia, ordem e certezas morais. Este não é um fenômeno de apolitização, mas sim de um realinhamento político: a migração, ainda que consideravelmente lenta, do apoio de instituições pluralistas para instituições hierárquicas e autoritárias, que não se sustentam no debate, mas na imposição. O neoliberalismo, ao promover a precarização existencial e um individualismo competitivo, cria um terreno fértil para o ressentimento. A socialização digital atua como canalizadora desse mal-estar, transformando comunidades online aparentemente apolíticas em um terreno fértil de um ativismo que normaliza o ódio e o autoritarismo. O conservadorismo e o autoritarismo forneceram a estrutura ideológica e emocional para este movimento, oferecendo um inimigo claro, o "outro" progressista, e uma narrativa de restauração moral e ordem.

A geração Z está sendo moldada por uma confluência poderosa de fatores que a tornam receptiva a um projeto político específico: o do liberalismo autoritário. Este projeto combina a retórica da liberdade econômica com a defesa

da ordem hierárquica, do controle moral e da desconfiança na política deliberativa, encontrando nos jovens digitalmente nativos, fortemente afetados pelas políticas neoliberais, sua base de sustentação. Também é importante ressaltar que a leitura dos dados demonstra que o conservadorismo político não se manifesta exclusivamente entre os jovens da Geração Z, mas atravessa, também, as gerações anteriores, isto sugere uma persistência de valores autoritários e morais tradicionais no interior da sociedade brasileira. Assim, a família pode ser colocada como uma instituição ainda central no processo de socialização política, funcionando como espaço de transmissão intergeracional de crenças, percepções e disposições políticas. Desta forma, parte do conservadorismo observado entre jovens reacionários não emerge unicamente da socialização digital ou das transformações recentes, mas se ancora em heranças culturais e morais reproduzidas no ambiente familiar, que continuam a exercer influência significativa na formação dos valores políticos juvenis.

Ainda há vasto campo para aprofundar como essas tendências se articulam em diferentes contextos sociais, regionais e culturais do Brasil. Futuras investigações poderiam explorar, por exemplo, como gênero, raça e classe social modulam as formas de adesão juvenil ao autoritarismo, ou como os algoritmos e as plataformas digitais contribuem para a radicalização política cotidiana. Além disso, seria relevante investigar as experiências de resistência e reapropriação democrática entre os próprios jovens, identificando os espaços, presenciais ou virtuais, em que novas práticas políticas e comunitárias emergem em oposição ao discurso autoritário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 05-06, p. 25–36, 1 dez. 1997. Disponível em: <https://share.google/Mh0QAFm0C4I29RDcr>. Acesso em: 6 jul. 2025.

JUNIOR, V. S. A.; VASCONCELLOS, L. C. F. DE. A importância histórica e social da infância para a construção do direito à saúde no trabalho. **Saúde e Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 271–285, mar. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902017159018> Acesso em: 30 ago. 2025.

ALMEIDA, A. C.; GARRIDO, T. *A mão e a luva: o que elege um presidente*. 1. ed. São Paulo: **Record**, 2022.

ANDRADE, D. P.; CÔRTES, M.; ALMEIDA, S. Neoliberalismo autoritário no Brasil. **Caderno CRH**, [S. I.], v. 34, p. e021020, 2021. DOI: 10.9771/ccrh.v34i0.44695. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/44695>. Acesso em: 25 ago. 2025.

ARDUINO, N. P.; CHAGAS, N.; GONSALVES, L. Redpill: A Propagação online de um movimento machista. **XXVIII Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica**, São José dos Campos. 2024 Disponível em: https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2024/anais/arquivos/RE_0864_0519_01.pdf_01. Acesso em: 4 set. 2025.

BAQUERO, M.; RANINCHESKI, S; DE O. DE CASTRO, H. A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial. **Revista Debates**, [S. I.], v. 12, n. 1, p. 87–106, 2018. DOI: 10.22456/1982-5269.81460. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/81460>. Acesso em: 23 jul. 2025.

BAQUERO, M; BAQUERO, R. V. A; MORAIS, J. A. de. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do brasil. **Educação & Sociedade**, vol. 37, núm. 137, out-dez 2016, pp. 989-1008 Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87349469006>. Acesso em: 23 jul. 2025.

BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: **Zahar**, 2021.

BITTENCOURT, M. P. A “Nostalgia da Ditadura” e as Eleições de 2018 no Brasil: Uma Proposta de Explicação. Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/212728> Acesso em: 12 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

CARNUT, L. Neofascismo como objeto de estudo: contribuições e caminhos para elucidar este fenômeno. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 41, n. 1, p. 81-108, jan./jun. 2020 Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/38188/27486>>. Acesso em: 25 out. 2025.

CASTRO, H. C. O. Cultura política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Vol. 2, Nº1, jan-jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16058/14347> . Acesso em: 25 jul. 2025.

COIMBRA, C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. do. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 2-11, jun. 2005. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672005000100002&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 26 ago. 2025.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40–52, dez. 2003 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?lang=pt> Acesso em: 10 ago. 2025.

FERREIRA, J. V. B. Radicalização política e juventude no Brasil: a formação de identidade coletiva nas comunidades gamers no Discord. 2023. 173 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - **Universidade de Brasília**, Brasília, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/47244> Acesso em: 25 jul. 2025.

GIRALDES, M. A culpa é de junho de 2013? Os caminhos da alienação política e a ascensão da extrema direita no Brasil. **Psicologia USP**, v. 35, 1 jan. 2024. Disponível em: <https://share.google/lIRjTfcXd+PJDQevYt> Acesso em 20 out. 2025.

GONZÁLEZ, R. S.; CHIODI, A. D. O impacto das mídias digitais como agentes de socialização dos estudantes de escolas públicas em Porto Alegre. **Conexão Política** v. 10, n. 1, jan./jun.–2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/259905/001169157.pdf?sequence=1> . Acesso em: 23 jul. 2025

HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: **Editora Loyola**. 2008.

KORALEWSKI, R.; ARGENTON, G. T. De sujeito a colaborador: a privação dos direitos das juventudes na era da liberdade neoliberal. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, 2021. DOI: 10.22456/2595-4377.111213. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/111213>. Acesso em: 20 set. 2025.

MARIN, D. C. “Erro da ditadura foi torturar e não matar”, disse Hitler ou Bolsonaro? **VEJA**. 16 ago 2019 Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/erro-da-ditadura-foi-torturar-e-nao-matar-disse-hitler-ou-bolsonaro/>>. Acesso em: 22 out. 2025.

MORAIS, A. R. O discurso político da extrema-direita brasileira na atualidade. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**. 20. 152-172. v. 20. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334580654_O_discurso_politico_da_e_xtrema-direita_brasileira_na_atualidade Acesso em: 30 ago. 2025

MORAIS, J. A; BERNARDI, A. J. B. Socialização política e as redes familiares e sociais: o papel da Internet na cultura política dos jovens no Sul do Brasil. **Análise Social**, v. 56, n. 2 (239), p. 364–386, 2021. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27068579?seq=2> Acesso em: 7 dez. 2025

NAZZARI, R. K. Capital social e socialização política dos jovens no Brasil. **Educação Unisinos**, vol. 9, núm. 2, mayo-agosto, 2005, pp. 145-154 Universidade do Vale do Rio dos Sinos São Leopoldo, Brasil. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/6312>

NETO, N. J. C. Geração Z e o mercado de trabalho: atração e retenção / Generation Z and the job market: attraction and retention. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 3, p. 20603–20612, 24 mar. 2022.

NETO, O. C. Neofascismo, “nova república” e a ascensão das direitas no Brasil. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, [S. I.], v. 10, n. 24, p.

120–140, 2020. DOI: 10.32335/2238-0426.2020.10.24.2060. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/2060>.

OKADO, L. T. A.; RIBEIRO, E. A.; LAZARE, D. C. M. Partidarismo, ciclos de vida e socialização política no Brasil. **Pro-Posições**, v. 29, n. 1, p. 267–295, 20 fev. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0063>

PADRÓS, E. S. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil- Militar Tomo I. Porto Alegre: **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/cehal/download/acervo/14-uruguai/TesePADROS.pdf> . Acesso em: 6 set. 2025.

PEREZ, O.C.; VOMMARE, P. Juventudes latino-americanas: desafios e potencialidades no contexto da pandemia. **Civitas**, v. 23, n. 1, p. e43706–e43706, 9 jan. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2023.1.43706> Acesso em: 30 ago. 2025

PRADO, A. C. DA S. A.; SILVA, C. R.; SILVESTRINI, M. S. Juventudes, trabalho e cultura em tempos de racionalidade neoliberal. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, n. 2, p. 706–724, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF1846> Acesso em: 2 set. 2025

PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. 5. ed. Rio de Janeiro: **Editora FGV**, 2006.

RODRIGUES, M.; MENEZES, I.; FERREIRA, P. D. Efeitos longitudinais da socialização política nos comportamentos de participação de jovens. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, e175560, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201844175560> Acesso em: 30 jul. 2025.

SANTOS, E. R.; CASTRO, H. C. de O. de; HOFFMANN, F. A democracia brasileira e seus inimigos. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 127-138, jan./abr. 2021 ISSN 1982-025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e73472> Acesso em 20 jul. 2025.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter – consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: **Record**, ed. 4 2000.

SILVA, L. A. S. da. Do homem medieval ao liberal: ciclos e crises do liberalismo - tendências autoritárias recentes. **Revista de Economia Política**, vol. 44, nº 1,

pp. 103-124, janeiro-março.2024. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rep/a/tnpbYpmGvkhhMnTvymrDVn/?format=html&lang=pt> Acesso em: 15 set. 2025.

SOARES, G. M. S.; MARRAFA, M. C. B. F. Narrativas Autoritárias da Nova Extrema-Direita Latino-americana: Bolsonaro, Kast e Milei em Perspectiva. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, ISSN 1679-1061, Nº 39, p.09-39, jan. /jun., 2025. Disponível em:
<https://anphlac.emnuvens.com.br/anphlac/article/view/4238>. Acesso em: 30 jul. 2025

SOUZA, J. O pobre de direita: a vingança dos bastardos. 1. ed. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2024.

SOUZA, B. M. Cultura política e capital social: uma revisão teórica acerca de dois conceitos centrais nos estudos de comportamentos e atitudes políticas. **Conexão Política**, Teresina v. 5, n. 1, 9 – 21, jan./jun. 2016. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/317195698> . Acesso em 27 jun. 2025.

SOUZA, B. M. Transições e democracia: impactos da confiança nas forças armadas sobre a cultura política e o capitalismo social de brasileiros e argentinos. **Ufrgs.br**, 2016. Disponível em:
https://lume.ufrgs.br/handle/10183/143125?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 25 jul. 2025

SOUZA, B. M.; GALLO, C. A. Legados Culturais do Autoritarismo no Cone Sul. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 2, n. 2, p. 75-89, 29 abr. 2015. Disponível em:
<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rsulacp/article/view/4711>. Acesso em: 25 jul. 2025

VASCONCELOS, C. de; MARQUES, R. S.; CONCEIÇÃO, B. Socialização política virtual: estudo de caso da influência das redes sociais na cultura política de jovens estudantes do Distrito Federal. **Compolítica**, Brasília-FAC-UnB, maio – 2019. Disponível em:
https://compolitica.org/novo/anais/2019_gt4_Vasconcelos.pdf . Acesso em: 27 jul. 2025

WELLER, W.; BASSALO, L. D. M. B. A insurgência de uma geração de jovens conservadores: reflexões a partir de Karl Mannheim. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 391–408, ago. 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ea/a/pqX37cMZHx564PgXzYFSfRr/?lang=pt> . Acesso em: 31 jul. 2025